

ANTONIO PAIM

LEITURAS RELACIONADAS
À CULTURA GERAL

2ª edição revista

2008

SUMÁRIO

I. A VISÃO CONTEMPORÂNEA DA CULTURA HUMANISTA

II. A CULTURA OCIDENTAL

1. Temas e conceitos-chave
2. Questões centrais relacionadas à historiografia
 - a) A contribuição do mundo antigo
 - b) Visão renovada da Idade Média
 - c) A ante-sala da Época Moderna: o Renascimento
 - d) As criações da Época Moderna

III. PENSADORES E OBRAS SEGUNDO NÚCLEOS TEMÁTICOS

1. Temas e obras de Política
2. Temas e obras de Moral
3. Temas e obras de Religião
4. Como proceder a uma primeira aproximação à Filosofia

IV. COMO A CIÊNCIA MODERNA INSERE-SE NAS HUMANIDADES

1. A consideração desse problema no período recente
2. Obras básicas recomendadas

V. AS OBRAS LITERÁRIAS NO CANON OCIDENTAL

1. Critérios para estruturação do Cânon.....
2. A literatura no primeiro ciclo da cultura ocidental.....
3. O impacto das obras clássicas: o Renascimento.....
4. Os séculos XVII e XVIII.....
5. O romantismo e a questão das correntes literárias.....
6. O problema da admissão no Cânon de representantes de outras culturas
7. As literaturas portuguesa e brasileira.....
8. A literatura contemporânea

VI. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ARTES

VII. LEITURAS RECOMENDADAS PELO INSTITUTO DE UMANIDADES

ANEXOS

- I. O Instituto de Humanidades
- II. A *Bíblia*
- III. Modalidades de estudo

I. A VISÃO CONTEMPORÂNEA DA CULTURA HUMANISTA

Contemporaneamente, a cultura humanista não se identifica nem com a acepção dos grandes medievalistas nem com o pensamento renascentista. No primeiro caso, tratava-se de reinterpretar os gregos a fim de fazê-los concordar com o cristianismo. No Renascimento, a cultura antiga é tomada como modelo, com a intenção clara de contrapô-la à Escolástica. Tampouco se trata de fazer renascer a disputa entre a ciência moderna e a Igreja Católica, quando se tratou de introduzir o novo tipo de saber na Universidade, ali onde esta última a dirigia.

Assim, do ponto de vista contemporâneo, a cultura humanista não se reduz à herança da Antigüidade, compreendendo também autores medievais, renascentistas, modernos e contemporâneos. Dentre as propostas que procuram consubstanciá-la, destacam-se a correspondente aos *Great Books*, da Enciclopédia Britânica, e a relação do St. John's College. A diferença entre as duas diz respeito sobretudo ao fato de que a primeira compreende filósofos, cientistas e pensadores voltados para a história e a política, enquanto a lista do St. John's inclui, além desses autores, também as obras literárias mais relevantes. Ao todo, abrange cem autores e cerca de cento e trinta livros.

A lista de que nos louvaremos será apresentada de forma autônoma.

A idéia é de que, em cada sociedade, deve haver um núcleo, tão amplo quanto possível, constituído de pessoas possuidoras de cultura geral, cuja conceituação enfatiza os seguintes aspectos:

I) Familiaridade com os valores de nossa civilização, assimilados criativamente de forma a poder avaliar, com equilíbrio, a experiência de cada país, enquadrando-se numa adequada perspectiva histórica;

II) Capacidade de expressar-se de modo correto, mediante o conhecimento da língua pátria e das obras clássicas de sua literatura, bem como das regras de lógica formal;

III) Conhecimento do objeto, do método e da história das principais disciplinas científicas; e,

IV) Compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva, em permanente enriquecimento, e que não se secciona em compartimentos estanques; cultivo de atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações; e compromisso com o subsequente auto-aperfeiçoamento.

Em muitos países, a Universidade realiza a contento semelhante incumbência. Na medida, entretanto, em que abriga institutos devotados à formação profissional, tende a minimizar o que seria a sua missão específica. Levando em conta essa circunstância, criaram-se mecanismos autônomos para assegurar a sua consecução. Aqui gostaríamos de chamar a atenção para a experiência norte-americana.

O governo americano criou, em fins de 1965, a *National Endowment for the Humanities* (NEH), com o objetivo de financiar projetos na área das humanidades, fora da rede convencional de ensino. Alguns educadores consideravam que, em muitas universidades, alguns departamentos especializados (ciências sociais, psicologia, etc.) haviam ido longe demais em matéria de carga horária dedicada às respectivas disciplinas, em detrimento da formação humanista geral.

A consulta à página da NEH, na INTERNET, permitirá comprovar que seu trabalho, desde então, reveste-se do maior sucesso.

A ação da NEH e de outras entidades congêneres, em funcionamento nos Estados Unidos, é secundada pelos cursos que se convencionou denominar de "humanidades para executivos". Todas as grandes e médias empresas propiciam a seus diretores, gerentes, técnicos e outros, o acesso ao conhecimento das grandes obras da cultura ocidental, que é o propósito daqueles cursos.

Observe-se ainda que funcionam cursos livres, destinados a todas as pessoas interessadas na obtenção de cultura geral e pretendam fazê-lo sem desligar-se de seus afazeres cotidianos.

O espírito que norteia essa atividade foi expresso nos seguintes termos pela Comissão do Congresso que aprovou, em 1965, a criação da *National Endowment for the Humanities*: "Esta Comissão concebe as humanidades não simplesmente como disciplinas acadêmicas confinadas nas escolas e colégios, mas como componentes da sociedade cujo funcionamento afeta as vidas e o bem-estar de toda a população Cada talento individual, quer seja poeta ou físico, somente realizará plenamente sua potencialidade e dará integral contribuição ao seu tempo se sua imaginação for animada pelas aspirações e realizações daqueles que vieram antes dele. Os eruditos humanistas têm portanto uma responsabilidade especial Dispõem do privilégio e da obrigação de interpretar o passado para cada nova geração que necessariamente viverá num reduzido segmento por um período limitado de tempo."

A exemplo dos países que transferiram a formação geral para o ensino médio, no Brasil, durante cerca de 150 anos, funcionaram os cursos clássicos colegiais. Sucessivas gerações criaram o hábito da leitura desinteressada. Lamentavelmente, o que não conseguiram a Reforma Benjamim Constant, do começo da República, e os outros passos empreendidos pelos positivistas – a exemplo da proibição de serem organizadas Universidades --, foi alcançado pelos governos militares saídos da Revolução de 64. O que restava de vínculo com a tradição humanista em nosso sistema educacional foi eliminado pela raiz.

Deste modo, a missão de preservar e difundir a cultura humanista defronta-se, em nosso país, com condições as mais adversas. Mas não há outra alternativa senão persistir.

Ao tempo do reitorado de José Carlos Azevedo, na Universidade de Brasília, sendo Decano de Extensão Carlos Henrique Cardim, foram empreendidas algumas iniciativas para reconstituir o ensino das humanidades. Mas o pouco que se fez ali não teve continuidade com o advento da chamada Nova República.

Para não perder o esforço então despendido, na medida em que tivemos ativa participação naquele projeto, juntamente com Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodríguez, criamos o Instituto de Humanidades, com sede em São Paulo, para elaborar guias de estudo, recuperar traduções e promover outras, e chegar a uma lista de obras cuja leitura deveria constituir o currículo de um CURSO DE HUMANIDADES. Em anexo daremos notícia da atividade desenvolvida pelo Instituto.

II. A CULTURA OCIDENTAL

1. Temas e conceitos-chave

A consideração da cultura geral será circunscrita ao Ocidente. A limitação de seu objeto prende-se à necessidade de ser efetivado exame aprofundado da questão, o que não ocorreria se se tentasse simultaneamente abordar outras culturas.

No enfoque adotado, a ênfase recai nos valores que a constituem. Tais valores serão caracterizados na medida em que emergem no contexto determinado.

Os valores consistem naquilo que deve ser objeto de preferência e escolha.

A *cultura*, na definição de Miguel Reale, pode ser compreendida como o *cabedal de bens objetivados pelo espírito humano na realização de seus fins específicos*.

Diz-se “bens objetivados” para destacar que se trata daquilo que o espírito humano não só concebeu como igualmente conseguiu plasmar de algum modo.

Muitos autores utilizam a expressão “civilização ocidental”. Ao dar preferência ao termo *cultura*, reservamos *civilização* para os ciclos históricos em que a primeira se subdivide.

As civilizações dão-se no interior da cultura e consistem numa hierarquização de valores, originando ciclos históricos relativamente estruturados.

A cultura ocidental nasce sob o feudalismo. Pode-se dizer, numa primeira aproximação, que corresponde à fusão do cristianismo com o feudalismo. Em outros contextos, o cristianismo não produziu a cultura ocidental. Assim, o ciclo histórico que se seguiu à sua adoção por Constantino, no século IV de nossa era, caracteriza-se pela decadência do Império Romano e sua capitulação perante as denominadas hordas bárbaras. A simbiose do cristianismo com o Estado Patrimonial, através da Igreja do Oriente, fez surgir a cultura bizantina.

O nascedouro da cultura ocidental tampouco se dá de modo automático em seguida à conversão dos germanos ao cristianismo. Foi preciso vencer as incursões dos novos bárbaros (sarracenos, normandos e húngaros) e ver passar o século e meio subsequente à morte de Carlos Magno, denominado com propriedade de Idade das Trevas. Somente com a coroação de Oto I como Imperador do Sacro Império Romano Germânico, em 962, dá-se o nascimento da cultura ocidental. Toma-se esse marco levando em conta que seria sob Oto I que se daria tanto a derrota militar como a conversão dos húngaros ao cristianismo. Estes correspondiam precisamente àquele grupo remanescente dos que efetivaram as invasões subsequentes a Carlos Magno. Os sarracenos (árabes) foram contidos na Península Ibérica e os normandos assimilados na Grã Bretanha e em parte da França.

A cultura ocidental conhece dois ciclos civilizatórios: o feudalismo e a sociedade industrial. Ainda que inseridos no mesmo universo de valores, naqueles períodos viriam a ser hierarquizados de modo diverso.

No processo de estruturação da cultura ocidental, além do cristianismo e do feudalismo, intervêm outros ingredientes importantes, como a racionalidade grega e as instituições romanas.

A julgar pelo conhecimento que adquirimos da cultura grega, em seu seio a racionalidade estava não só associada ao misticismo como não se distinguem o raciocínio matemático e a especulação filosófica, a exemplo do que se dá na cultura ocidental. Por isto mesmo imprescindível se torna levar em conta a existência do Museu de Alexandria. Dessa instituição provém a esfera do saber que denominamos de científica.

A outra parcela da racionalidade grega foi apropriada pelos filósofos e teólogos católicos, o que induziu à suposição de uma fé racional. A religião grega, que era parte desse todo, foi abandonada e com ela o reconhecimento da presença constante do misterioso e do desconhecido.

No que diz respeito às instituições romanas, sua contribuição duradoura à cultura ocidental reside no direito. A idéia de império é de proveniência oriental e quase sempre esteve em contradição com o espírito da cultura ocidental. Sem embargo do papel que o Sacro Império desempenhou na preservação dos valores do cristianismo, a instituição está associada ao exercício anti-democrático do poder e à dominação de uma nação por outra, consoante se infere da presença do imperialismo na história moderna e contemporânea.

O entendimento da moral como sendo obrigatória para todos, presente na cultura ocidental, é de proveniência judaica, razão pela qual cumpre igualmente levar em conta o judaísmo antigo. Assim, embora o propósito de compreender a cultura ocidental nos devesse levar, preferentemente, ao estudo do período da Idade Média em que o florescimento cultural desabrocha plenamente, sendo também quando ocorre o reencontro com os textos da Grécia e Roma Antigas-- isto é, nos séculos XI a XIII--, não poderemos deixar de nos deter nos antecedentes enumerados.

Vencida essa etapa, cumpre passar ao exame dos aspectos adiante resumidos.

A compreensão que se tem do feudalismo em nosso meio é superficial e insuficiente. É essencial, portanto, tomar contato com alguns textos que nos facultem uma compreensão adequada do fenômeno. O ponto de partida deverá consistir numa nova periodização da Idade Média

O Renascimento não constitui ciclo civilizatório autônomo porquanto os ingredientes formadores do novo ciclo --a Época Moderna-- somente desabrocham, sem se completarem. Ainda assim cabe destacar que justamente ali dá-se o reencontro com outras vertentes da Antigüidade Clássica. Antes do Renascimento, a ênfase recaía no aristotelismo e no direito romano. Agora, além do deslumbramento com a escultura e a pintura, emerge o encantamento pelo Platão preservado por Roma, um tanto dissociado das raízes gregas e revestido de roupagem haurida nas religiões orientais.

É interessante também ter presente a forma pela qual a época renascentista aderiu à hipótese de que a natureza estaria “escrita” em linguagem matemática. Tal abertura se deu através da vertente mística do hermetismo, circunstância que foi virtualmente esquecida a partir do momento em que se descobriu, posteriormente, que o autor vivera em período mais recente que o imaginado no Renascimento. Essa descoberta, por si só, não elimina a presença do hermetismo na Renascença, que precisa ser levado em conta. Entre outras coisas, para melhor entender a espécie de platonismo então divulgada.

A contribuição fundamental do Renascimento encontra-se na atribuição de um valor irretorquível à pessoa humana.

No que se refere à Época Moderna, partiremos da hipótese de Max Weber por considerar que suscita a discussão do essencial.

Merleau-Ponty observa que a grande contribuição de Max Weber consiste precisamente em haver facultado o elo a partir do qual se pode compreender o processo histórico que desembocou no capitalismo, ao descobrir que a ética protestante, legalizando a riqueza e atribuindo ao trabalho do homem um sentido – o de erigir na terra uma obra digna da glória de Deus – permitiu a aglutinação dos elementos requeridos por aquele desfecho. Ao engendrar o que denominou de “conduta racional da vida”, criou as premissas para o advento da ciência e da técnica, a formação de um governo baseado em certas regras formais e o florescimento do direito, conjunto esse que singulariza o capitalismo em relação às civilizações anteriores. “A história – escreve Merleau-Ponty – sempre produziu isoladamente um dos dois (o direito em Roma, os elementos do cálculo na Índia) sem que se tenham desenvolvido como o fizeram no capitalismo. Seu reencontro confirma em cada um os elementos de racionalidade que conduzia. Na medida em que as interações se acumulam, o desenvolvimento do sistema em seu próprio sentido torna-se sempre o

mais provável. A produção capitalista inclina-se, cada vez mais, no sentido de um desenvolvimento da técnica e das ciências aplicadas. Entretanto, no ponto de partida não consistia uma idéia todo-poderosa, mas uma espécie de imaginação da história que semeia aqui e ali os elementos capazes de ser um dia integrados". (*Les aventures de la dialectique*, 15ª ed., Paris, Gallimard, 1955, p. 26)

Em síntese, as principais criações da Época Moderna consistem na ética do trabalho decorrente da Reforma Protestante; na moral social de tipo consensual; na tolerância em matéria religiosa; no Estado Moderno e na subsequente reforma que o fez repousar no sistema representativo; no saber científico de índole operativa; no capitalismo industrial; e, finalmente, na vida urbana, que, por sua vez, fez nascer valores até então inexistentes.

2. Questões centrais relacionados à historiografia

A familiaridade com a cultura ocidental pressupõe, naturalmente, o conhecimento do contexto histórico em que aparece e se desenvolve. É óbvio que esse conhecimento não se pretende exaustivo. Deve apenas proporcionar um arcabouço no qual serão inseridos os possíveis aprofundamentos, sem perder a referência ao todo.

Com vistas à consecução de tal objetivo, em relação a cada um dos grandes ciclos históricos procederemos, adiante, à indicação das questões centrais aptas a destacar o essencial, recomendando as obras que facultem essa visão. Assim, se tivermos presente que a singularidade do legado grego prende-se à quebra do poder da família patriarcal, ficaremos de posse de uma referência nuclear, a partir da qual os eventos se encaixarão, e, assim, não ficaremos perdidos, sem saber que rumo tomar.

Por esse meio procuraremos combinar o acesso às obras básicas da cultura ocidental com a aquisição progressiva de seu desenrolar histórico. A leitura (ou o estudo), ordenado segundo esse esquema, permitirá o trânsito normal às demais obras, ordenadas segundo disciplinas, de modo que venham a traduzir-se na sucessiva expansão do conhecimento daqueles grandes ciclos.

a) A contribuição do mundo antigo

Com a destruição do Império Romano no século V de nossa Era (em 476, a Itália torna-se um reino germânico), o reencontro com a cultura antiga (greco-romana) dar-se-á a partir das instituições criadas pelos árabes na Espanha por eles ocupada. A tradução ao latim dos principais autores começa no século XI. O acervo acumulado desde então iria florescer no Renascimento italiano, que se inicia em fins do século XIV e prossegue até fins do século XVI, difundindo-se em diversos outros países europeus.

Data daquela época a reconstituição do curso histórico ali registrado. Admite-se que na altura do início do primeiro milênio antes de Cristo estivesse sedimentada a civilização grega, baseada em cidades, nas quais vigoravam sociedades patriarcais. Caracterizando-se esse tipo de organização social pelo imobilismo, despertou desde logo grande interesse a emergência, no mundo grego, de expressivo florescimento cultural, basicamente entre meados do século V (o marco inicial teria consistido no poder de Péricles em Atenas, entre 449 e 429) e décadas finais do século IV (em 338 o território grego passa ao domínio macedônio). Fecharia o ciclo a morte de Aristóteles em 322. A preservação inicial desse valioso patrimônio seria obra de Roma

No período de mais ou menos século e meio estrutura-se o tipo de saber que se tornaria característico do Ocidente: inquirição filosófica; meditação sobre a moral (ética) e, notadamente, modalidade de investigação que estaria na base da ciência moderna. No que respeita às instituições políticas, também representa uma grande

novidade em relação às civilizações anteriores. É a esse fenômeno que se convencionou chamar de “milagre grego”.

O problema do “milagre grego” está estudado por Robert Nisbet na obra *Os filósofos sociais* (tradução brasileira, Editora UnB, 1982), no tópico dedicado à “comunidade militar”. Em síntese, o fato de que nas reformas empreendidas por Clístenes, em 507 a. C., tivesse sido retirado, ao patriarca, a prerrogativa de organizar a defesa militar iria permitir a emergência de novos valores, que romperam com a estagnação e puseram a sociedade em movimento. Texto clássico dedicado a esse período histórico é a obra *A cidade grega (1858)*, de Fustel de Coulanges (1830/1889), cuja tradução brasileira é da Editora Hemus, tendo merecido diversas edições. Insere-se entre os primeiros livros voltados para a compreensão daquela civilização. Reflete contudo, o vezo oitocentista de encarar as revoltas e revoluções como o elemento explicativo por excelência do curso histórico.

Dois textos de autores da época são essenciais: *História*, de Heródoto; e *História da guerra do Peloponeso*, de Tucídides (de ambos há sucessivas edições de diferentes editoras, entre estas a Martins Fontes). Admite-se que Heródoto haja nascido em 484 e falecido em 420, antes de Cristo. Afirma-se que essa obra seria a certidão de nascimento da historiografia, tese que precisa entretanto ser qualificada na medida em que, embora haja procurado documentar-se e avaliar as fontes, ainda se ressentia do pensamento mítico, típico do ciclo precedente. A guerra do Peloponeso durou cerca de trinta anos, com intermitências e interrupções. O relato de Tucídides tem o mérito de conter informações sobre o período áureo de Atenas.

A partir do conhecimento da obra de autores como Platão e Aristóteles, subsequentemente recomendadas, ter-se-á uma visão relativamente completa da civilização grega. Sendo Roma a herdeira, a especificidade de sua contribuição poderá ser apreendida a partir das obras consideradas na Política.

O judaísmo antigo corresponde a ingrediente relevante da cultura ocidental, na medida em que é a origem da lei moral, tornada componente básica do cristianismo. Nas obras recomendadas no tópico dedicado à Religião esse aspecto será devidamente considerado.

b) Visão renovada da Idade Média

Ao longo do século XIX o típico era o ataque à Idade Média, com o propósito de exaltar a laicidade e os progressos do conhecimento na Época Moderna. Com o passar do tempo, entretanto, a historiografia acabou reagindo a tão clamorosa falta de objetividade. Coroa a nova fase a obra clássica de Marc Bloch (1886/1944), *A sociedade feudal*, aparecida nos anos de 1939 e 1940 (tradução portuguesa, Lisboa, Edições 70, 1982).

Bloch estabeleceu que a sociedade feudal formou-se em decorrência não apenas da sedimentação das hordas bárbaras que derrotaram o Império Romano mas sobretudo do caráter decisivo que se tornou a questão da segurança, na Europa, em decorrência da interrupção do ciclo que desemboca na reconstituição do Império, agora denominado de Sacro Império, em 800. Seguem-se invasões sarracenas ao sul; normandas ao Norte e húngaras nas zonas centrais. No enfrentamento desta última série de invasões, que duraram aproximadamente um século e meio, forma-se a classe dos guerreiros, destinada a constituir a elite do novo ciclo histórico. Este se inicia com a derrota dos húngaros, por Oto I, no início da segunda metade do século X. É precisamente aqui que começa a cultura ocidental, resultado da fusão do cristianismo com o feudalismo.

Os senhores feudais estabelecem relações com seus súditos – e entre si – através de longa experimentação (é o que se chamou de direito consuetudinário, para distinguir do direito romano). Este, embora tivesse resultado da formalização dos costumes, assumiu caráter impositivo ao ser descoberto e assimilado pelo Ocidente, a

partir do século XIII. Já então, a sociedade feudal formulara plenamente as suas regras de convivência.

A partir das indicações de Marc Bloch, elabora-se uma nova periodização da Idade Média, adiante resumida, embora, como se indicará, sobrevivam outras propostas.

A ordenação dos diferentes períodos da Idade Média não corresponde decerto a uma questão simples, embora, pelo que tem de mais expressivo, a historiografia contemporânea repudie as simplificações do passado, quando a Idade Média chegou a ser considerada como uma fase negra, digna de ser esquecida. Em que pese o repúdio, uma nova periodização continua uma questão em aberto. Do ângulo em que nos situamos, isto é de compreender a história da cultura ocidental para apreender os seus valores fundantes, talvez fosse mais pertinente subdividi-la em quatro períodos, tomando por base as indicações de Marc Bloch, que adiante confrontaremos a outras propostas. Esquemáticamente seriam os seguintes:

I – Século VI a meados do século IX, em que se poderiam apreender as características dominantes da nova fase histórica e que resumiríamos desta forma:

- a) presença de uma religião universal;
- b) separação entre Igreja e Estado, ao contrário do que ocorria tanto em Bizâncio como no Islã, embora instaure uma tensão nunca satisfatoriamente resolvida;
- c) prevalência da componente civilizatória no cristianismo, pela circunstância de que se tratava de converter povos de tradições culturais inteiramente diversas, por isto chamados de *bárbaros*;
- d) preservação da idéia de Império.

II – Segunda metade do século IX à segunda metade do século X, ciclo em que a civilização europeia de base cristã esteve ameaçada de desaparecimento, o que, presumivelmente, não terá ocorrido graças à consolidação dos feudos em que se apoiaria o florescimento subsequente da sociedade medieval.

III – Período de apogeu, que pode ser limitado apenas à chamada Baixa Idade Média dos séculos XII e XIII, como de forma mais ampla para abranger desde o século XI ao século XV; e, finalmente,

IV – Período de decadência, iniciado com a crise do Papado, que começa em fins do século XV.

Como a decadência da civilização medieval é, ao mesmo tempo, a gestação da sociedade moderna, estamos considerando de forma autônoma tanto o Renascimento como as grandes criações da Época Moderna, razão pela qual não nos deteremos aqui no último período.

A busca de um entendimento mais adequado da Idade Média é fenômeno relativamente recente. Notadamente a partir do século XIX, a praxe consistia em reduzi-la, em bloco, à *Idade das Trevas*. Dentre as personalidades que se levantaram contra tal simplificação destaca-se Régine Pernoud, que ao tema dedicou diversos estudos. O primeiro deles *Lumière du Moyen Age*, apareceu em 1951, tendo sido reeditado recentemente (Trad. portuguesa: *Luz sobre a Idade Média*, Lisboa, Europa-América, 1985). Em 1978 divulgou o texto polêmico intitulado *Pour en Finir le Moyen Age* (Paris, Editions du Seuil), cuja tradução brasileira apareceu com o título de *Idade Média: o que Não nos Ensinaram* (Rio de Janeiro, Agir, 1979). É autora ainda de diversos outros estudos sobre o período (*Os Templários; As Origens da Burguesia Francesa*, etc.).

Régine Pernoud inclina-se por uma subdivisão que destaque três períodos, sendo o primeiro aquele em que desponta e se consolida o feudalismo, adequadamente compreendido como um serviço; a Baixa Idade Média, situada nos séculos XII e XIII, iniciando-se a decadência no seguinte. Essa autora atribui um grande papel no processo de decadência à reintrodução do direito romano, que teria

gado rigidez ao Papado, propiciando o surgimento da Inquisição e outros fenômenos negativos. A seu ver, os estudos sobre a Idade Média extrapolam essas características finais para os ciclos anteriores, o que, com razão, entende ser ilegítimo. Por isto ocupa-se detidamente de fixar o caráter costumeiro do direito em todo o largo período anterior ao século XIV.

É interessante referir aqui o entendimento de Will Durant – na conhecida *História da Civilização* – embora a sua obra não esteja inserida no debate dos últimos decênios. Ainda assim, está longe de conformar-se com as simplificações de seu tempo.

Durant chama de *Idade das Trevas* ao período que vai de 566, ano em que termina o reinado de Justiniano, e 1095, início das Cruzadas, que afirma ser “o ato culminante do drama medieval, e talvez o acontecimento mais pitoresco na história da Europa e do Oriente Próximo. Agora, finalmente, depois de séculos de disputa, as duas grandes religiões, cristianismo e maometanismo, recorriam ao arbítrio final do homem – a suprema corte da guerra. Todo desenvolvimento medieval, toda a expansão do comércio e da cristandade, todo o fervor da crença religiosa, todo o poder do feudalismo e a magia da cavalaria chegaram a um climax em uma guerra de 200 anos pela alma do homem e lucros comerciais”.⁽¹⁾ Assim, inclina-se também por uma tripartição, porquanto, no Epílogo, data do século XIV o aparecimento de “homens que iam começar a destruir o majestoso edifício da fé”. Esclareça-se que não lhe parece deva a Idade Média ser considerada como mero interlúdio entre uma civilização e outra”, mas como um período que produziu “tão grandes homens e mulheres e ergueu das ruínas do barbarismo o Papado, os Estados europeus e a riqueza arduamente adquirida de nossa herança medieval”⁽²⁾

Nossa intenção ao propor uma divisão em quatro períodos tem apenas o propósito de sugerir que, ao mantermos indiviso o primeiro grande ciclo, talvez deixemos de atentar para o que é típico e específico do feudalismo.

c) A ante-sala da Época Moderna: O Renascimento

Denomina-se Renascimento ao movimento literário, artístico e filosófico que se inicia em fins do século XIV e prossegue até fins do século XVI, difundindo-se em vários países europeus a partir da Itália.

Costuma-se tomar como ponto de referência inicial a obra de Francisco Petrarca (1304-1374) e de seu contemporâneo Giovanni Boccaccio (1313-1375),⁽²⁾ que viveram e trabalharam em Florença, na Itália. Ambos dedicaram-se à recuperação das obras clássicas, não apenas para divulgá-las, como se dera em séculos anteriores, mas sobretudo para exaltá-las e torná-las como padrão de estilo literário.

Contudo, o apogeu desse movimento e a plena explicitação de sua magnitude e influência renovadora somente aparecem no fim do século XV e começos do século XVI.

No terreno da literatura, o Renascimento produziu grandes escritores como Rabelais (1495-1553), consagrado autor de *Gargântua e Pantagruel*; Montaigne (1533-1592), cujos *Ensaio*s continuam a ser festejados, e o maior de todos eles: Shakespeare (1564-1616). Em Portugal, o Renascimento registra a presença de alguns escritores notáveis, em cujo seio sobressai Luís de Camões (1524-1579), extraordinário poeta, criador da língua literária portuguesa.

Talvez se possa atribuir maior amplitude à renovação artística, em especial no terreno da pintura e da escultura. No que se refere à pintura, Carlos Flexa Ribeiro

⁽¹⁾ *História da civilização*, IV – A Idade da Fé (1950). Rio de Janeiro, Record, 1986, p. 519.

⁽²⁾ Obra cit., vol. cit., pp. 965-966.

⁽²⁾ Autor de *Decamerão*, livro sucessivamente reeditado no Brasil.

teria oportunidade de indicar que "é redutível a uma nova maneira de conceber a representação do espaço e da forma em uma superfície plana", sendo de destacar que suas normas constituem o que denomina de verdadeiro Código de Visualidade. Contraposto à tradição da pintura medieval precedente, "de origem bizantina, romântica e gótica, revoga-a inteiramente". Ao que acrescenta: "O Código de Visualidade então instaurado veio para ficar. E ficou por cinco séculos. A nova concepção do espaço foi de tal modo completa, rica e complexa, como expressão de sensibilidade coletiva e, ao mesmo tempo, estava a tal ponto carregada de possibilidade de desdobramentos nas futuras gerações, que permaneceu em vigor, com vitalidade, até o movimento impressionista do último quartel do século XIX".⁽³⁾

Entre os grandes mestres dessa renovação, destacam-se Leonardo da Vinci (1452-1519), Miguel Angelo (1475-1564), Rafael (1484-1520) e Ticiano (1477-1576).

No que respeita aos outros aspectos da vida cultural, o Renascimento corresponde a nítido trânsito para a Época Moderna. Assim, tem lugar o aparecimento da nova temática do pensamento político, com a obra de Maquiavel (1469-1527). Pode-se dizer, igualmente, que dá começo à crítica da Igreja com a obra de Erasmo (1460-1536), embora não se lhe deva atribuir o desfecho representado pela Reforma; e, ainda, que ali se encontra o impulso inicial para a constituição da ciência moderna.

Corresponde certamente ao término do Renascimento, o auto-de-fé em que Giordano Bruno (nasc. Em 1548) foi lançado à fogueira, juntamente com a sua obra, em Roma, no dia 17 de fevereiro de 1600. Essa ocorrência equivale sem dúvida a uma derrota, porquanto o Renascimento talvez pretendesse apenas a renovação de toda a vida cultura, abrangendo inclusive a religião, e não a gestação de uma nova época, onde a Igreja de Roma não encontrasse o seu lugar. Sendo algo de muito diferente dessa intenção, a Época Moderna emerge como um ciclo histórico plenamente diferenciado do Renascimento.

Embora o Renascimento consistisse, no seu aspecto mais evidente, numa tentativa de reencontro com a época clássica, não se resume apenas a isto. Desprovida da intenção crítica, essa redescoberta do pensamento greco-romano teria consistido apenas na continuidade do movimento análogo dos séculos XII e XIII. No último desses séculos já se dispunha de traduções latinas das obras de Aristóteles, Euclides, Galeno etc. Assim, em que pese tal elemento de continuidade, como observa Abbagnano, "O Renascimento foi levado a sublinhar polemicamente sua própria diferença de orientação da idade medieval, em sua tentativa de se ligar novamente à idade clássica e de haurir, diretamente dela, a inspiração para suas próprias atividades".

Essa atitude crítica resulta em grande medida dos descobrimentos. Por isto pode-se afirmar que o Renascimento está de certa forma ligado à queda de Constantinopla, em 1453,⁽⁴⁾ que torna imperativo o encontro de uma alternativa para a manutenção do comércio com o Oriente. Foram os descobrimentos, com efeito, que provocaram uma primeira grande cisão na perspectiva medieval acerca da configuração do mundo. Além da colocação do nosso planeta no centro do universo, com o denominado geocentrismo, essa perspectiva se completava pela geografia de Ptolomeu, onde o Mediterrâneo, por sua vez, era uma espécie de centro da Terra.

A geografia de Ptolomeu sistematizava o conhecimento existente em seu tempo, acumulado pelos viajantes. Ao mesmo tempo, abrangia toda uma série de suposições arbitrárias, como a fixação dos limites acessíveis da Terra na altura do cabo Bojador, a noroeste do deserto de Saara; a inabitabilidade da zona equatorial; a

⁽³⁾ A pintura no Renascimento *in O Renascimento*, Rio de Janeiro, Agir, 1978, pp. 105-106.

⁽⁴⁾ Leva também a um novo deslocamento do centro religioso, desta vez para Moscou. A Igreja Ortodoxa Russa intitulou-se Terceira Roma, acrescentando que "não haverá quarta", fenômeno que teria enormes conseqüências na história da humanidade com a emergência do imperialismo russo.

fertilidade do solo e a vida nas Canárias; a existência de ouro à superfície das praias africanas; etc. As observações diretas levavam à fixação de novos contornos.

Na medida em que se ampliava o raio de ação dos navegadores da segunda metade do século XV, o quadro traçado por Ptolomeu caía por terra.

Algumas invenções tiveram, no mesmo período, um grande impacto sobre a vida política e cultural, entre as quais a bússola. Trazida da China, onde se sabia que uma agulha imantada assinalava, invariavelmente, o Norte, foi aperfeiçoada nos começos do século XV pelo italiano Flávio Gioia, da região de Nápoles. O engenho chinês fluía num recipiente cheio de água e azeite. O inventor italiano conseguiu colocar a agulha sobre um eixo de metal, para facilitar sua oscilação, encerrando-a numa caixa hermeticamente fechada para torná-la imune à ação do vento e de outros agentes exteriores. A bússola colocou a navegação em bases inteiramente novas.

Outra invenção de grandes conseqüências corresponde ao uso da pólvora em armas de fogo –igualmente uma criação chinesa, aplicada apenas a fogos de artifício – efetivada pelos árabes, nos começos do século XIV, na Espanha. Na chamada Guerra dos 100 Anos, que se verificou entre a França e a Inglaterra, tendo durado com maior intensidade entre 1380 e 1453, aparecem na Europa os primeiros canhões. Essas peças de artilharia eram rudimentares, de difícil locomoção e alcance não muito superior às antigas catapultas, mas são um marco importante na perspectiva do seu aperfeiçoamento ulterior.

A difusão da cultura alterou-se sobremaneira com a técnica da fabricação de papel, que se espalhou superando o pergaminho na altura do século XV. O passo seguinte foi representado pela imprensa. Aperfeiçoando sua máquina durante muitos anos, Gutenberg conseguiu realizar, em 1455, a primeira edição impressa da Bíblia. Muitos humanistas, como Erasmo, deixaram-se verdadeiramente empolgar pelo novo invento e valem-se dele para propagar suas idéias. Calcula-se que, no meio século transcorrido entre a edição da primeira Bíblia e os começos do século XVI, imprimiram-se nos principais centros europeus nada menos que cinco milhões de livros. Para que se tenha uma idéia da mudança verificada, basta dizer que a maior biblioteca européia do século XIII, a de Canterbury, sede tradicional do primaz da Igreja na Inglaterra, tinha cinco mil volumes, sendo este um caso raro porquanto o comum era que tivessem 100 títulos ou pouco mais. A biblioteca de Cluny, que era um centro importante no agregado que deu nascedouro à França, dispunha de 570 volumes por volta de 1300.

d) As criações da Época Moderna

Na Época Moderna estrutura-se a sociedade industrial, que corresponde ao segundo ciclo da cultura ocidental.

Os ingredientes formadores da Época Moderna despontam na segunda metade do século XV, em que se lançam as bases da navegação de longo curso, acarretando a descoberta do chamado Novo Mundo, e desponta o Renascimento. O quadro se completa com a Reforma Protestante e as lutas do século XVII que marcam a consolidação do Estado nacional.

Para a eclosão da Revolução Industrial, de que resultou a constituição da nova sociedade, o elemento decisivo consiste na Reforma Protestante, que mudou radicalmente a atitude diante do trabalho e do próprio curso do mundo. Agora os crentes se propõem erigir uma obra digna da glória de Deus.

A Revolução Industrial ocorre na Inglaterra entre 1760 e 1830, posteriormente disseminando-se, num primeiro momento, à Alemanha, França e Estados Unidos. Seu traço essencial consiste na criação de máquinas que facultam a obtenção de níveis de produtividade do trabalho humano sem precedentes na história. Para alcançar tal desfecho seria decisiva a constituição da ciência. A ciência moderna representa uma

reviravolta profunda na maneira de proceder à investigação dos processos naturais, dotando o homem da capacidade de neles intervir de forma progressiva.

O novo contexto possibilita o surgimento da empresa capitalista que procede de modo racional na busca de melhores resultados pelo incremento da produtividade. A concorrência entre empresas daquele tipo evidenciou ser poderoso estímulo ao seu progresso.

A Revolução Industrial, o capitalismo e a ciência moderna - elementos que se acham entrelaçados - definem a singularidade da cultura ocidental, ainda que não a esgotem. No plano da convivência social há três realizações que completam e explicitam integralmente aquela singularidade, a saber: o governo representativo, a tolerância religiosa e um novo entendimento da moralidade social.

Algumas obras são essenciais a fim de bem situar o contexto histórico em que emergem as mencionadas criações da Época Moderna, independentemente da consideração daquelas que se destacaram na consideração desse ou daquele tema específico. São brevemente referidas adiante.

Em primeiro lugar, a *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber, na medida em que desvenda o elo fundamental do conjunto de mudanças, então verificadas, isto é, a superação do menosprezo medieval pelo trabalho e pela riqueza. Dessa obra dispomos de tradução brasileira, da Editora Pioneira, sucessivamente reeditada. No que respeita ao contexto histórica em que emerge a ciência moderna, recomenda-se *O papel do cientista na sociedade*, de Joseph Ben-David (Tradução brasileira da Pioneira) e, quanto à sua natureza: *Explicações científicas*, de Leônidas Hegenberg (Editora Herder).

O texto clássico acerca da revolução industrial é da autoria de T. S. Ashton, da Universidade de Londres. Neste caso, recomenda-se a tradução espanhola (*A Revolução Industrial*. México, Fondo de Cultura).

Essa visão certamente será aprofundada nas obras recomendadas no estudo da Política, da Moral, da Religião e da Filosofia;

III. PENSADORES E OBRAS SEGUNDO NÚCLEOS TEMÁTICOS

1. Temas e obras de política

Preliminarmente, cumpre ter presente que o entendimento da política, como objeto de meditação teórica, mudou muito desde a Grécia. Na Antigüidade, tratava-se de uma investigação acerca da melhor forma de governo. Embora preservada pelos centros de estudos existentes -- basicamente os mosteiros medievais --, essa maneira de conceber a disciplina acabou sendo suplantada, no período histórico considerado, pela premência do tema das relações entre os poderes temporal e espiritual.

Na fase de surgimento do Estado Moderno, que tem lugar com o concurso de grandes pensadores políticos, a questão muda completamente de aspecto. Trata-se agora de saber como se constitui e como se mantém o poder. Essa linha de pensamento coroa-se com a obra de Max Weber que retira do Estado toda aura romântica ao indicar que sua característica essencial reside no monopólio da violência e, sobretudo, ao examinar a sua atuação do ponto de vista da dominação a fim de averiguar as maneiras como se legitima. Weber entreviu três tipos básicos: a tradicional, a carismática e a racional. Evitou ciosamente dar a essa tipologia qualquer caráter histórico, de modo a impedir que pudessem ser entendidas como sucessivas, no estilo dos três estados do comtismo. Sua sociologia destina-se a facultar uma compreensão do processo social e não a formular qualquer espécie de plataforma política. Ainda assim, o tipo ideal que chamou de dominação racional acha-se inquestionavelmente relacionado ao sistema representativo.

Esta corresponde, talvez, à questão central na consideração daquilo a que corresponde à compreensão ocidental da política. Justamente a singularidade e a grande contribuição do Ocidente consiste na concepção e na prática do governo representativo. O balanço da experiência política ocidental evidencia que o cerne desse processo corresponde àquela criação original. Em favor da hipótese, sinteticamente, podem ser mobilizados estes argumentos: I) trata-se da maior criação da humanidade no que se refere a alcançar uma convivência social civilizada; II) o Estado Moderno – que não tem antecedentes na cultura ocidental, como organismo monopolizador da violência – substituiu sistema descentralizado que vigorou, segundo as áreas da Europa, até mais de oito séculos, mas logo sua feição autoritária foi suplantada pelo governo representativo, que acabou democratizando-se; III) o sistema democrático representativo passou a prova da história no século XX, enfrentando sucessivamente o socialismo e o anarquismo revolucionários, o nazismo e o comunismo; IV) a experiência de substituí-lo pelo sistema cooptativo, empreendida na Rússia, não só redundou no mais absoluto insucesso como corresponde a uma página negra e vergonhosa da história; V) o principal argumento contrário ao sistema representativo – mais das vezes sustentado pelos inconformados com o fracasso da experiência soviética – reside na tese de que apresenta imperfeições, como se a obra humana pudesse construir algo isento de defeitos. Pelo visto, nunca perderá atualidade o ensinamento de Churchill ao afirmar que “a democracia é o pior dos regimes possíveis, com exceção de todos os outros”. Isto naturalmente não implica dizer que não comporta aperfeiçoamentos, o que aliás tem sido conseguido com sucesso desde que surgiu; e, finalmente, VI) não passa de fantasia ilusória a suposição de que o regime ateniense seria um arquétipo a ser copiado, posto que ali a democracia era entendida como repousando no sorteio¹.

¹ Esse entendimento era comum no século XVIII, conforme se pode verificar da obra de Montesquieu ou de Rousseau. Contudo, o esquecimento daquela verdade foi inteiramente superado pelos estudos devidos a sir Ernest Baker (1874/1960), considerados em nosso curso. Mais recentemente o estudioso dinamarquês deteve-se no exame da questão, publicando obra em seis volumes, da qual se editou em

O surgimento do sistema representativo é igualmente fruto, em grande medida, da meditação de caráter teórico, cumprindo determo-nos nas principais obras que o caracterizam.

Finalmente, no período contemporâneo, alguns estudiosos, radicados predominantemente nos Estados Unidos, buscaram introduzir a medida na avaliação dos fenômenos políticos, denominando essa disciplina de ciência política, em substituição à denominação tradicional de filosofia política. Tais procedimentos permitiram desembocar na realização de previsões eleitorais, com grande consistência; na aferição do interesse dos eleitores por esse ou aquele assunto, etc.

Contudo, em que pese a importância de tais resultados, não revelaram força suficiente para deslocar o debate de tipo clássico.

Em vista da tradição positivista brasileira, cabe desde logo advertir que os estudiosos americanos interessados na construção do que denominam de ciência política nada têm a ver com o que, no Brasil, se entende por “política científica”. Verifica-se uma nítida distinção entre o que se poderia denominar de estudo científico do fenômeno político -- isto é, uma análise subordinada a determinados parâmetros, perfeitamente explicitados, passíveis de serem aceitos, recusados ou criticados por quem se proponha a idêntico propósito --, daquilo que, na tradição brasileira influenciada pelo positivismo, foi popularizada como “política científica”. O rótulo de científico, na meditação de Comte, tem apenas o propósito de angariar respeitabilidade para a sua proposta política, num ambiente onde a ciência está revestida de grande prestígio.

Para acompanhar a evolução do conceito de política recomenda-se a obra dos autores mais representativos, começando com a coletânea de textos de Aristóteles, a que se intitulou *A Política*.

A reconstituição da obra de Aristóteles dedicada à teoria política envolve certa complexidade tendo em vista que muitos textos desapareceram e, o que se preservou, foi agregado de forma a suscitar grandes discussões quanto à autenticidade, períodos em que este ou aquele texto foi escrito e, portanto, cronologia dos livros etc. Tais aspectos tangenciam de imediato o nosso objetivo.

O Oriente não legou à Grécia nada de parecido com o tipo de análise que ali se inicia a respeito da política. O que se preservou indica que o interesse voltava-se para a coleção de experiências concretas que poderiam ser transmitidas de um governante a outro. Na Grécia, ao contrário, trata-se de inquirir sobre as formas de governo, investigar sobre a possibilidade de um governo ideal etc. A rigor, esse tipo de inquirição começa com Aristóteles porquanto Platão está preocupado com a organização de um governo perfeito, espécie de ditadura dos sábios. O balanço de sua experiência na matéria relata-a em *A Sétima Carta*

No que respeita a Platão, parece-nos que sua obra política deveria ser estudada juntamente com os diálogos indicados quando abordarmos a disciplina Filosofia.

Aristóteles procura situar-se apenas no plano teórico. Embora tivesse sido preceptor de Alexandre (futuro Alexandre, o Grande), não se envolveu diretamente na política, ao contrário de Platão. Em relação a este, diferencia-se também por ter se preocupado, acima de tudo, com a generalização da experiência disponível. Embora se manifestasse pelo que lhe parecia “a melhor forma de governo” --inferida da análise do processo real --, não se moveu para implantá-lo. Colecionou as diversas constituições existentes e as comentou, preservando-se apenas o que escreveu sobre a Constituição de Atenas. Para adquirir uma idéia geral do seu método, seria suficiente a leitura do livro VI de *A Política*. A tradução disponível em português é de Nestor Silveira Chaves, tendo sido sucessivamente reeditada pela Ediouro. Embora

despojada de instrumental crítico com que costumam aparecer as edições de Aristóteles, faculta pleno conhecimento do seu conteúdo.

Da temática suscitada na Grécia, o período romano discutiu sobretudo a questão das formas de governos para justificar a preferência por uma delas. Na espécie, a obra de Cícero (106-43 a. C) é bastante ilustrativa, parecendo-nos que o livro *Da República* (51 a. C; figura na Coleção *Os Pensadores*, da Editora Abril) fornece uma visão suficiente do mencionado interesse. Considera-se que divulgou para o mundo romano o mais importante da tradição grega na matéria. Além disto, tendo se tornado ao alcance da época subsequente, orientou o reencontro com essa fonte, quando se dá a sua redescoberta.

Nos primeiros séculos do período medieval, desaparece esse tipo de inquirição. Quando volta a emergir, tem como fulcro as relações entre os poderes espiritual e temporal. Tomaremos contato com essa problemática através do livro político do festejado poeta Dante Alighieri (*Da Monarquia*; incluído na mencionada Coleção da Editora Abril).

De maior importância reveste-se a compreensão do surgimento do Estado Moderno associado à formação das nações. Nunca é demais enfatizar que o Estado Moderno é uma criação absolutamente original, sem precedentes na história da Europa, do mesmo modo que seu encaminhamento na direção do governo representativo.

O Estado Moderno assume, desde logo, feição absolutista, isto é, eminentemente autoritária. Para que viesse a revestir-se de tal característica desempenham um papel muito importante os pensadores que, na feliz expressão de Jean-Jacques Chevallier, colocam-se ao serviço do absolutismo: Machiável (1459/1527); Bodin (1530/1596); Hobbes (1588/1679) e Bossuet (1627/1704). Desses autores estamos recomendando *O Príncipe*, de Maquiavel, e *Leviatã*, de Hobbes. Ambos os livros figuram na Coleção *Os Pensadores*. Do texto de Hobbes há uma primorosa edição da Martins Fontes.

A adequada compreensão dessa nova realidade há de permitir uma correta avaliação do feito notável que representam o pensamento e a ação dos liberais na constituição do sistema representativo, que tem lugar no ciclo subsequente, cumprindo a esse respeito indicar o que se segue.

A denominação de liberal aparece depois das reformas eleitorais inglesas de 1832. Tendo se oposto à sua efetivação, os *tories* passam a denominar-se Partido Conservador e os *whigs* decidem-se pela adoção do nome Partido Liberal. Do ângulo (acadêmico) em que nos colocamos, o termo liberal abrange as duas facções porquanto se trata da adesão ao governo representativo. O próprio socialismo ocidental, que evoluiu no mesmo sentido – isto é, da adesão e defesa intransigente das instituições do sistema representativo – reconhece a precedência dos liberais no surgimento e consolidação do Estado de Direito.

O início dessa corrente remonta ao *Segundo Tratado sobre o governo civil* de John Locke (1632-1704), onde, pela primeira vez, estão indicados os princípios que devem nortear o sistema representativo que, a partir de então, se constitui numa alternativa ao absolutismo monárquico dominante na Europa. Para o próprio Locke, os propósitos do livro eram bem mais modestos. Tinha como objetivo unificar o ponto de vista da elite acerca das questões essenciais que a experiência de Cromwell não conseguira resolver. Alcançando esse objetivo, promoveu-se a derrubada de Jaime II e a colocação no poder de Maria II (filha protestante de Jaime II e esposa de Guilherme de Orange), através do movimento que passaria à história como a Revolução Gloriosa de 1688. Na visão do autor, o livro cumprira a missão a que se propunha e sequer reconheceu a sua autoria. A incorporação do livro às Obras Completas é posterior à sua morte.

Locke defende número reduzido de princípios. Os homens abdicaram do estado de natureza para assegurar a intangibilidade da propriedade, que resulta diretamente

do trabalho. Na sociedade política o poder supremo deve encontrar-se no Legislativo. O direito de fazer-se representar está restrito à classe proprietária. A exposição é muito clara e direta. A Martins Fontes editou *Dois tratados sobre o governo* (São Paulo, 2005), edição enriquecida pela introdução de Peter Laslet.

Em outros textos, Locke deu também uma grande contribuição no sentido de que na Inglaterra acabasse sendo aceita a tolerância religiosa ao conceituar a Igreja como uma associação livre devotada ao culto externo da divindade, inexistindo, portanto qualquer mortal em condições de escolher qual a forma preferível de fazê-lo, cabia, portanto, tolerar a diversidade. Além disto, no contexto protestante da Inglaterra, o essencial consistia no culto interno.

O conjunto das regras sistematizado por Locke serviu para nortear a prática do sistema representativo ao longo do século XVIII. Os passos mais importantes naquela direção consistiram na reforma de 1701 que estabeleceu a linha de sucessão impedindo surpresas em matéria religiosa, e a autonomia do Poder Judiciário; na unificação com a Escócia, dando nascedouro ao Reino Unido e estabelecendo o princípio do monarca único e, sobretudo, na criação do Conselho de Ministros, introduzindo-se a figura do Primeiro Ministro. Os conservadores, que eram tradicionalmente favoráveis ao exercício do poder pelo monarca, afeiçoaram-se ao novo sistema. De sorte que, ao ascender ao trono em 1761 e pretender a restauração do poder pessoal, Jorge III não encontrou ambiente favorável. Com a derrota desse monarca na crise com os Estados Unidos, de que resulta a sua Independência (1776), o sistema representativo saiu fortalecido, consolidando-se em definitivo nos decênios subsequentes. A Inglaterra era então o único país que sustentava tal regime na Europa. Nos demais campeava o absolutismo.

Os ingleses não manifestaram maior interesse em teorizar sobre essa experiência que acabaria associada ao nome de Montesquieu (1689/1755). Na obra *O espírito das leis* (igualmente editado pela Martins Fontes), ao tratar dos objetivos dos diversos Estados (Livro XI, onde indica que uns buscam a expansão, outros a glória e assim por diante) registra-se a existência de “uma nação no mundo que tem por objetivo direto de sua constituição a liberdade política”. Trata-se da Inglaterra. Nesse capítulo ele descreve o regime ali vigente enfatizando a tripartição do poder.

A vinculação da doutrina à concepção do que se convencionou denominar de Estado Liberal de Direito caberia a Emmanuel Kant (1724/1804). Kant não tratou especificamente da política mas, em sua *Doutrina do Direito*, fixou-lhe os princípios fundamentais, ao conceituar a *liberdade individual* como sendo aquela apta a coexistir com a liberdade de qualquer outro. Isto é, cessa na medida em que interfere na liberdade de outro; a *igualdade* como sendo igualdade perante a lei, e assim por diante. Estabeleceu ainda, em definitivo, que ao Estado não cabe responder pela felicidade de quem quer que seja, cabendo-lhe apenas assegurar as condições que permitam aos cidadãos seguir o caminho que lhes convenha.

Apesar da circunstância de que Kant não se tenha ocupado especificamente da política, os textos em que se aborda a questão do Estado Liberal de Direito costumam ser agrupados com essa denominação. Assim, na Inglaterra, o professor alemão Hans Reiss organizou o que intitulou de *Kant's Political Writings*, tendo ocorrido o mesmo em outros países. No Brasil somente agora, por iniciativa do Itamarati, na coleção *Textos Clássicos de Relações Internacionais*, passamos a dispor dessa tradução.

Com a Revolução Francesa, começa a difusão do que posteriormente se denominou de *democratismo*, fenômeno que em muitos países foi confundido com o liberalismo. As idéias básicas do democratismo foram elaboradas por Rousseau (1712/1778). Essa espécie de pensamento deu origem ao que, em países como o Brasil, se chama de populismo ou aos sistemas totalitários do Leste e seus satélites, vigentes na época do regime soviético. O essencial dessa meditação encontra-se nos livros do autor citado, recomendados para estudo (*O Contrato Social* e *A origem da desigualdade*, incluídos na Coleção *Os Pensadores*). Crítica produzida na própria

época, que preserva integral atualidade, seria devida a Edmund Burke (*Reflexões sobre a Revolução em França*; figura na Coleção *Os Pensadores*). Desse autor, há um pequeno texto em que explica a sua teoria sobre a representação política, que pode ser acessado na INTERNET. Acerca do mesmo tema, recomenda-se *O governo representativo* (editado pela Abril na Coleção referida), de Stuart Mill. O coroamento dessa meditação acerca da representação política encontra-se no texto de Benjamin Constant, adiante referido.

Reflete o clima da época (fim do século XVIII) a obra do político norte-americano Thomas Paine (*O senso comum e a crise*; igualmente na Coleção *Os Pensadores*). Mais relevante é a discussão acerca da forma republicana do governo representativo, cuja experiência se inicia com a Revolução Americana, expressa na obra coletiva *O Federalista* (Coleção *os Pensadores*).

A obra de Benjamin Constant (1767/1830) e das grandes personalidades do liberalismo doutrinário –notadamente François Guizot (1787/1874) – repõem a tradição liberal no leito próprio. Desde então, essa doutrina aparece nitidamente como distinta tanto do conservadorismo restaurador como do democratismo inspirado na Revolução Francesa. No mesmo ciclo do liberalismo doutrinário, insere-se a obra de Alexis de Tocqueville (1805/1854), cujo mérito consiste em ter restaurado a dignidade da idéia democrática, aviltada pelos excessos em seu nome praticados, notadamente, no curso da Revolução Francesa. A obra fundamental de Guizot corresponde à *História da civilização na Europa* (de que não se dispõe de tradução ao português). A Editora Topbooks vem de editar *História das origens do governo representativo*. Em relação a Benjamin Constant, recentemente a Editora Martins Fontes publicou *Escritos de Política* (São Paulo, 2005), no qual figura a obra que estamos recomendando (*Princípios de Política*). De *A democracia na América*, de Tocqueville, estamos recomendando o Vol I- Leis e costumes (edição da Martins Fontes; que também publicou o segundo volume) e ainda *O Antigo Regime e a Revolução* (edição da UnB).

O grande tema que empolga o liberalismo a partir da segunda metade do século é o processo de sua democratização. O balizamento desse processo seria fixado por William Gladstone (1809/1889) sem concessões ao democratismo. Os textos em que Gladstone justifica os seus posicionamentos tornaram-se raridade. Alguns discursos em que defende a extensão do sufrágio figuram em *Glendings of Past Years*; vol. I, publicado em 1886. Desse volume apareceu tradução espanhola (*Cuestiones constitucionales. 1873-1878*. Madrid, Libreria de Simon y Osler, 1882).

Segue-se a questão social. Em nosso país há uma grande incompreensão acerca da posição liberal a respeito. De sorte que convém deter-se no exame do keinesianismo. O livro que Ricardo Vélez dedicou ao assunto (*Keynes – doutrina e crítica*, Brasília, 2000) constitui excelente introdução.

Outro desenvolvimento alcançado pelo liberalismo diz respeito à educação. Os americanos é que formularam a questão de modo mais feliz, bastando para compreendê-la o exame do pensamento de John Dewey (1859/1952), contido na obra *Democracia educação* (edição cuidada por Anísio Teixeira, publicada pela Cia. Editora Nacional). A abordagem do tema completa-se com *O futuro da democracia*, de Norberto Bobbio (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986). A determinação do conflito social corresponde a outro desenvolvimento importante dessa doutrina (Ralf Dahrendorf –*As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*; tradução brasileira na Coleção *Pensamento Político*, da UnB)

No que se refere ao pensamento socialista, parece imprescindível louvar-se da distinção entre o socialismo democrático, radicado no Ocidente, e a vertente *comunista*, que se radicou no Leste Europeu, caracterizando-se como extremado totalitarismo. Embora se apresente como “socialista”, tem pouco a ver com essa tradição, que entronca com o cristianismo. Para ter dela uma noção geral, é suficiente tomar conhecimento de duas obras de Marx: *O Manifesto Comunista* e *A ideologia alemã* (de que se dispõe de sucessivas edições) e o texto fundamental de Lenine: *O*

Estado e a Revolução (dispondo-se igualmente de mais de uma edição). O cerne do totalitarismo seria desvendado por Hannah Arendt *O sistema totalitário* (Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1982; recentemente publicado, em conjunto com outros textos da autora, pela Companhia das Letras). Voltar-se-á a esses autores na caracterização da disciplina MORAL, e, no caso de Marx, na disciplina FILOSOFIA, pelas razões a serem referidas.

O socialismo democrático ocidental evoluiu na direção do que se convencionou denominar de *social democracia*, isto é, aquele segmento, originário do socialismo que no pós-guerra abdicou tanto da estatização da economia como da utopia da sociedade sem classes. Para adquirir um mínimo de familiaridade com esse processo são indicados dois livros recentemente incluídos na Coleção Pensamento Social Democrata, do Instituto Teotônio Vilela: *Bases e fundamentos do trabalhismo*, de Clemente Attlee, e *Minha visão da Inglaterra*, de Tony Blair.

A crítica liberal ao socialismo reúne hoje expressiva bibliografia. Para bem situá-la, numa primeira aproximação, seriam suficientes *O fim da ideologia*, de Daniel Bell (edição da UnB, 1985), e *O ópio dos intelectuais* (da mesma editora, com prefácio de Roberto Campos), de Raymond Aron.

A singularidade dessa crítica reside no fato de que reconhece estribar-se o socialismo numa pressuposição de índole moral que se insere plenamente na tradição ocidental. Contudo, por se tratar de um postulado de índole moral, acha-se inevitavelmente sujeito à avaliação social. Toda tentativa de impor, autoritariamente, determinadas regras morais termina por inviabilizar a própria moralidade. O totalitarismo soviético pretendeu estribar-se num alto conceito de pessoa humana, não obstante o que corresponde àquele sistema onde o aviltamento da dignidade humana alcançou extremos desconhecidos na história do Ocidente. Assim, reconhecer a base ética do ponto de partida das propostas socialistas equivale a retomar a sua discussão justamente no plano próprio.

As propostas liberais procuram distinguir o plano político do plano moral, razão pela qual, cientes da limitação de seu projeto, tem conseguido promover sucessivos aperfeiçoamentos na convivência social. O nosso tempo viveu pois essa situação paradoxal quando as sociedades abertas discutiam francamente seus defeitos enquanto os sistemas fechados, na base de censura à imprensa e no esmagamento brutal de toda oposição, alardeavam uma situação de bem-estar inteiramente distanciada da verdade, segundo se viu em decorrência de sua deblaque.

Outro elemento distintivo da crítica liberal ao socialismo reside na tese de que, embora pretenda estribar-se no que se convencionou chamar de “opção pelos pobres”, de fato corresponde a uma opção pela pobreza. As sociedades socialistas mostraram caracterizar-se pela presença de padrões de vida extremamente baixos, enquanto o capitalismo tende a limitar a pobreza a segmentos reduzidos da sociedade. Além disto, a pobreza residual remanescente nos países ricos corresponde a um dos temas debatidos com maior intensidade.

2. Temas e obras de moral

A posse da cultura geral pressupõe uma clara visão da forma como evoluiu a meditação de caráter moral no Ocidente a partir do *Decálogo* de Moisés, que é o seu enunciado básico e, ao mesmo tempo, ponto de partida, conjugado ao *Sermão da Montanha*, textos esses que se encontram na *Bíblia*. Em nossa cultura, a moral está indissoluvelmente associada à religião cristã, ainda que os estudos teóricos que lhe têm sido consagrados cuidem precisamente de fixar a sua autonomia.

Tais estudos foram denominados de *ética* por Aristóteles. Ao assunto dedicou mais de um tratado. Estamos recomendando *Ética a Nicômaco*, publicado no Brasil pela Editora UnB.

Enquanto na tradição judaica é obrigatória a observância das regras morais, na obra de Aristóteles a virtude é uma conquista que não é dada a todos. A virtude exige pré-requisitos e apresenta-se de forma diferente em relação a certos papéis sociais. Ainda mais: está associada ao saber, isto é, à cultura.

Os grandes autores cristãos irão aproximar as duas tradições. A moral é obrigatória e depende da religião. Contudo, comporta abordagem teórica segundo o modelo da filosofia grega. Ao fazê-lo, entretanto, chegam a resultados muito distanciados daqueles encontrados na obra de Aristóteles. Enquanto este está preocupado com a felicidade terrena, os filósofos cristãos (denominados geralmente de escolásticos) cuidam da *bem aventurança*, isto é, da felicidade eterna, que consistirá na contemplação de Deus, após a morte. A tradução do termo grego *phronesis* por contemplação facultou essa possibilidade de interpretação tão distanciada do texto original. No contexto da meditação de Aristóteles, quer se referir à sabedoria e à prudência que a virtude facultaria a quem a possuísse, permitindo um certo distanciamento da paixão e da exaltação.

O texto em que aparece com toda nitidez a interpretação escolástica é *A moral a Nicômaco, de Aristóteles*, do Pe. Manoel de Gois, parte integrante do Curso Conimbricense – constituído de oito volumes, elaborado entre 1592 e 1607. A obra de Pe. Manoel de Gois foi reeditada pelo Instituto de Alta Cultura, de Lisboa, em 1957. Certamente não é imprescindível deter-se nesse texto. Fica, contudo, a referência.

Os autores modernos defrontaram-se com essa interpretação do pensamento de Aristóteles e não diretamente com a sua obra. De sorte que, ao cogitar de moral terrena voltaram-lhe as costas. Tardou muito que se superasse tal equívoco. A sistematização das virtudes, empreendida por aquele grande mestre, é essencial para a cultura ocidental.

O debate mais importante que tem lugar, na Época Moderna, ocorre na Inglaterra do século XVIII. Sendo um país majoritariamente protestante, imaginou-se que, resolvida a questão do sistema representativo, com a Revolução Gloriosa de 1688, a moralidade ficava na dependência das diversas Igrejas nas quais se distribuía os crentes. Não se deram conta, desde logo, do problema do comportamento social dos cidadãos.

A primeira reação parece ter sido a de restaurar uma autoridade equiparável à Igreja Católica no período medieval, responsável pela observância dos costumes. A experiência logo comprovou a sua impossibilidade diante da multiplicidade de igrejas. Tampouco seria bem sucedida a *Sociedade para a Reforma dos Costumes*, organizada em fins do século XVII e que atuou intensamente até os anos vinte do seguinte.

Começa então um longo debate quanto à natureza da moral social. Deve ser deduzida da moral de alguns dos grupos sociais mais proeminentes ou seria algo de específico? O desfecho dessa discussão será o reconhecimento do caráter consensual da moralidade social, uma criação essencial da Época Moderna.

No volume que dedicou à Moral, como parte do Curso de Humanidades, o Instituto de Humanidades compilou e traduziu uma antologia do que designou como *ética social*. Ali acham-se selecionados para leitura e discussão textos de Anthony Ashley Cooper, conde de Shaftesbury (1671/1713), Bernard Mandeville (1670/1733), Joseph Butler (1692/1752) e David Hume (1711/1776). Além dessa antologia, presentemente acessível inclusive na INTERNET, desses autores passamos a dispor de uma tradução do livro de Mandeville (*A fábula das abelhas*), a cargo da Editora Topbooks; bem como do *Inquérito sobre os princípios da moral*, de Hume (editada pela UNESP). Caberia a Adam Smith desenvolver a doutrina da simpatia presente à meditação de Hume (*Teoria dos sentimentos morais*, de que se dispõe de tradução brasileira, recentemente editada pela Topbooks).

Os ingleses consumaram a separação entre moral social e religião mas preservaram na sua dependência a moral individual. A completa separação teórica entre as duas esferas será obra de Kant. Deste recomendamos para estudo *Fundamentação da metafísica dos costumes e Doutrina da Virtude*. Do primeiro há uma primorosa tradução de Antonio Pinto de Carvalho, publicada pela Cia. Editora nacional e, do segundo, uma edição recente, juntamente com a *Doutrina do Direito*, a cargo da Editora jurídica Lumens Júris.

Na sequência dessa linha de meditação encontra-se a *ética de responsabilidade*, cuja hipótese é devida a Max Weber (1864/1920). Cuida de preservar a herança kantiana mas renunciando à pretensão de encontrar o homem universal. A ética de responsabilidade atende à circunstância do cidadão contemporâneo, que se situa num contexto cultural definido e pertence a determinada nação. Essa parte de sua meditação encontra-se em *A política como vocação* (Editora UnB).

Existem outros modelos éticos, que não poderiam deixar de ser considerados, pela presença que registram em nossa cultura. Entre estes a *ética eclética* e a *ética totalitária*.

A ética eclética busca conciliar a solução kantiana com a interpretação escolástica da ética aristotélica. Caberia a Paul Janet (1823/1899) dar-lhe formulação acabada. A obra de Janet foi traduzida ainda no fim do Império, tendo se tornado raridade bibliográfica. Seu pensamento é acessível em edição francesa.

Quanto à ética totalitária, sustenta-se na hipótese de que os fins justificam os meios, hipótese que corresponde ao abandono de toda a tradição moral do Ocidente. Nenhum sistema ético jamais persegue fins perversos. O característico da moral encontra-se justamente nos meios. Para a perfeita compreensão de tais aspectos, cabe tomar conhecimento de um texto de Lenine, de fácil acesso nas coletâneas de suas obras – *Discurso sobre o engano do povo*. O totalitarismo soviético acha-se perfeitamente caracterizado por Arendt (*O sistema totalitário*, edições indicadas precedentemente) e no relato da experiência estalinista, empreendido por Koestler (*O zero e infinito* (Editora Globo, 1987).

Há um livro da corrente positivista que se recomenda para leitura: *A moral positiva* (Rio de Janeiro, J.R.Oliveira, 1938) de Pierre Lafitte. Como o positivismo exerceu grande influência em nosso país, ao longo do período republicano, subsiste a suposição da possibilidade de “moral científica”, preconizada por esse autor. A familiaridade adquirida com o tema permitirá identificar de pronto o caráter falacioso da hipótese e a insubsistência de sua argumentação.

3. Temas e obras de Religião

A Época Moderna conheceu dois grandes movimentos em relação à religião. O primeiro começa com as tentativas de racionalizá-la, coroando-se pela pura e simples negação. O segundo compreende a sua revalorização, como uma estrutura constitutiva do homem, embora passível de ser estudada por métodos diversos daqueles considerados na tradição escolástica.

Agora, o interesse estará centrado na análise da vivência religiosa, enquanto a teologia, que alcançara grande desenvolvimento na Idade Média, corresponde a uma dedução dos atributos divinos, em geral apoiada na revelação. Consideramos essencial deter-se nesse processo antes de recomendar os textos que obedecem à ordem cronológica.

O empenho racionalizador da religião começa nos países protestantes e tem por objetivo compatibilizá-la com as descobertas da nova ciência da natureza, sendo fenômeno, basicamente, do século XVIII. Emerge então a idéia de que haveria uma *religião natural*, eminentemente racional, que é o substrato último das religiões

aparecidas no Ocidente batizadas de “positivas”. Estas ter-se-iam deixado envolver pela emotividade desembocando no fanatismo e na superstição.

No século XIX, essa tendência evoluiria no sentido de propor novas religiões, como é o caso de Ludwig Fierbach (1804/1872) e Augusto Comte (1798/1857). A nota dominante de toda essa trajetória consiste em reconhecer-lhe um papel de carácter eminentemente moral. Entendem que o catolicismo teria perdido essa dimensão, enquanto o protestantismo, se bem que cuidasse de recuperá-la, acabaria dissociando-se do sentido de nossa época ao deixar-se prender por seu componente irracional.

Nesse processo de eliminar da religião do que tem de específico e irreduzível, aparecem teorias que a reduzem a uma invenção da sociedade, com propósitos nem sempre confessáveis. Está nesse caso a famosa tese de Karl Marx (1818/1883), segundo a qual nada mais seria que o ópio dos povos. Emile Durkheim (1858/1917), ainda que tivesse contribuído grandemente para fazer da sociologia uma ciência de base empírica, despojada da intenção ético-normativa, a exemplo do comtismo, tampouco atuou no sentido de recuperar a significação própria da religião, ao enfatizar que se limita a fornecer uma representação mitológica das estruturas sociais. Sigmund Freud (1856/1939), por sua vez, tratou a religião como ilusão e sugeriu a idéia de que Deus é, primordialmente, uma versão ampliada da imagem do pai, produzida de modo inconsciente pelos homens, num desejo infantil de proteção.

Desde fins do século passado, entretanto, surge uma nova vertente, empenhada sobretudo em compreender o fenómeno religioso em sua singularidade. Inicia-se basicamente com a obra de William James (1842/1910) – *As variedades da experiência religiosa* (1902), tradução brasileira pela Editora Cultrix, 1991 – onde examina o conjunto de relatos relacionados às manifestações místicas e consegue encontrar um critério para distingui-las do que poderia ser simples mistificação ou expressão de perturbações mentais.

Pouco mais tarde, Rudolf Otto (1869/1937) tornar-se-ia uma figura central do novo movimento, ao cuidar de apreender a experiência religiosa sem dela excluir os ingredientes irracionais mas também sem a estes reduzi-la. Se bem seja autor de extensa bibliografia, o livro *A idéia do sagrado* (1917) resume os seus pontos de vista. Dessa obra há uma tradução brasileira que deixa muito a desejar. Acha-se acessível na INTERNET o texto em inglês (*The Idea of Holy*).

Mircea Eliade (1907/1986) daria continuidade a esse movimento. Entende que o fenómeno religioso pode ser apreendido em sua inteireza à luz do binómio sagrado-profano. Justamente este é o título da obra em que sintetiza a vasta pesquisa que empreendeu (*O sagrado e o profano*; tradução portuguesa, editada em Lisboa, reproduzida na edição da Martins Fontes).

Nesta primeira parte da consideração das obras arroladas sob a rubrica RELIGIÃO, para bem situar o novo encaminhamento do debate acerca desse tema, cujo desfecho seria a sua revalorização como uma estrutura constitutiva do homem – e não mais uma porta para considerações sobre a divindade – seria adequado (mas não imprescindível), conhecer os argumentos da denominada “religião natural”. Entendemos que o livro de Kant, *A religião nos limites da simples razão* (1793), expresse de forma adequada em que consistia o projeto racionalizador daquela geração. Lamentavelmente, não há tradução brasileira, sendo acessíveis traduções ao francês. Há um autor português, do século XIX, Pedro de Amorim Viana (1822/1901) que igualmente resume os argumentos da religião natural, cuja obra é acessível (*Defesa do racionalismo e análise da fé*). A edição recente é da Imprensa Nacional de Lisboa.

Depois de presente a caracterização do desfecho --a negação de qualquer significado à religião --, seria imprescindível proceder à leitura das mencionadas obras de William James, Rudolf Otto e Mircea Eliade.

Chegado a este ponto, quando já se tem uma idéia bastante precisa da natureza singular da experiência religiosa que em nossa cultura funda a moral mas com esta não se confunde, podemos adotar uma visão cronológica, sem o risco de induzir à suposição, aceita em muitos círculos, de que estaria condenada ao desaparecimento em decorrência da evolução cultural. Ao contrário disto, o que a descrição a ser empreendida irá demonstrar é que apresenta sempre dimensões insuspeitadas, precisando-se ainda mais o seu caráter singular e único. Ver-se-á, também, que as tentativas modernas e contemporâneas de eliminá-la acabam por acarretar substituições surpreendentes, como é o caso do materialismo histórico.

A análise tornada clássica, que Max Weber (1864/1920) empreendeu do profetismo deverá consistir no ponto de partida (dispõe-se da tradução em inglês -- *Ancient Judaism*). Com efeito, o aparecimento dos Profetas é fenômeno relativamente tardio, ocorrido séculos depois da consolidação e do apogeu do Antigo Estado Judeu. Sua pregação consiste no anúncio de calamidades terríveis, provocadas por Javé em revide à dissolução dos costumes e abandono da religião tradicional. E, na medida em que os Judeus sofrem invasões estrangeiras e o cativeiro do país dominador, mais firme e decidida se faz a pregação profética. Assim, atuaram em condições absolutamente adversas, fazendo afirmativas que não podiam ser bem recebidas pelo auditório.

Weber enxerga nesse fato o elemento fundamental na fixação do rumo que seguiu a cultura ocidental, enfatizando a responsabilidade pessoal e induzindo a uma conduta racional.

A elaboração doutrinária nos primeiros séculos do cristianismo partiu, como não poderia deixar de ser, de um dos Evangelhos. Aquele que se revelou como o mais propício a promover discussão de índole teórica é o *Evangelho segundo São João*, também conhecido como *Quarto Evangelho*. Os estudiosos consideram que os Evangelhos nasceram todos como resposta a certas necessidades da comunidade cristã primitiva, só que o *Quarto Evangelho* deu esta resposta dentro de uma perspectiva teológica bem definida.

A par disto, cabe, igualmente, tomar conhecimento dos textos que definiram a estrutura da Igreja. Ao término dessa excursão, acredita-se que ficará claro em que consistiria essa primeira forma de vivência religiosa da comunidade cristã. Com o propósito de facilitar essa leitura, estamos apresentando, em Anexo, um roteiro para conhecimento da *Bíblia*.

O amadurecimento da doutrina cristã dá-se na Idade Média. Optamos por considerá-la tanto na meditação das grandes figuras que deram conformação à doutrina cristã -- Santo Agostinho e São Tomás, que estabeleceram os seus traços essenciais, nas obras a serem referidas no tópico subsequente, dedicado à FILOSOFIA--, como na experiência dos grandes místicos, a exemplo de Mestre Eckhart e Tomás de Kempis.

Os ensinamentos de Mestre Eckhart (1260/1327) constam sobretudo dos sermões que se preservaram. Também tem sido muito divulgado *O livro da divina consolação*. Há em português muitas edições inclusive uma antologia da autoria de Luís Carlos Lisboa. Tomás de Kempis é autor da segunda metade do século XIV. Difundiu-se amplamente o texto que lhe é atribuído: *Imitação de Cristo* (de igual modo com diversas edições em português).

Em seguimento compete considerar as obras relacionadas à Reforma Protestante. Do ponto de vista estritamente religioso, consiste numa tentativa de recuperar a experiência do sagrado sem a intermediação da máquina burocrática instituída pela Igreja Católica, que se revelava extremamente custosa e exigia envolvimento crescente com problemas temporais. Contudo, do seu desenvolvimento não resultou a pura e simples volta ao estado de espírito que procuramos apreender na descrição da vivência religiosa cristã primitiva e medieval. Emerge uma nova forma

de envolvimento com o sagrado. Para apreender o sentido desta nova forma, recomendamos os principais textos de Martim Lutero (1483/1546) –*Extrato das 95 teses; Catecismo maior; Sobre a ordem do culto divino na comunidade; Criação de Escolas*, inclusive *De Servo Arbítrio*, em que combate o humanismo de pensadores como Erasmo --, bem como de capítulos selecionados da *Instituição da religião cristã*, a obra fundamental de Jean Calvino (1503/1564). Acha-se disponível em português a obra desses reformadores.

A título de ter presente o ateísmo contemporâneo, recomendamos a leitura do pequeno opúsculo do Cardeal Joseph Hofner, intitulado “A religião do materialismo dialético”. A tradução brasileira desse texto pode ser encontrada no site do Instituto de Humanidades, que se acha caracterizado no Anexo.

4. Como proceder a uma primeira aproximação à filosofia

De um modo geral, a filosofia é considerada como um conhecimento hermético ou então que se trata de um tipo de saber colocado ao serviço da política ou da religião, sem dispor de status próprio. Essa última percepção é de todo plausível na medida em que, de fato ocorre.

Contudo, a filosofia corresponde a uma disciplina indispensável à formação geral. Consiste precisamente num método de elaboração conceitual. Ora, esse procedimento (dispor de conceitos rigorosamente estabelecidos) corresponde justamente à maneira habitual pela qual se dá a apropriação de qualquer conhecimento minimamente sistematizado. A vantagem de saber qual seria o seu suporte --o método de elaboração conceitual empregado em cada caso-- corresponde justamente a um dos principais atributos da pessoa culta. Vale dizer: de quem é capaz de distinguir a ciência dos outros tipos de saber. E, por essa via, descobrir de pronto quando alguém está querendo vender gato por lebre. Isto é, pretende falar de filosofia quando na verdade está “vendendo” religião ou política.

Com esse entendimento vejamos brevemente a trajetória que teria ocasião de descrever na cultura ocidental.

A Filosofia aparece na Grécia, por volta do século VI antes de Cristo, quando começa uma indagação para saber se o que se encontra no mundo tem um princípio racional e qual seria este. Naquela altura os gregos dispunham da religião e de alguns relatos sobre sua própria história e o começo do mundo, chamados de mitológicos, isto é, onde é difícil separar fantasia e realidade. A indagação que adiante seria batizada de Filosofia emerge na mesma época em que tem lugar a elaboração de uma Constituição para Atenas, por Sólon (640/558 a.C.), e a transcrição dos poemas homéricos, até então transmitidos oralmente. Antes de atingir o apogeu do Século V, a cultura inicia o processo de diversificação. Supõe-se que a tragédia haja deixado de ser uma cerimônia em idêntico ciclo. A liberalização do sistema político, de que as reformas de Sólon são um marco, irá atribuir um papel cada vez mais destacado aos sofistas, professores de oratória, em cujo seio, entretanto, surgiu a personalidade (Sócrates) que iria proceder à delimitação do âmbito do saber filosófico.

Nesse quadro que se vai tornando cada vez mais rico e complexo, a filosofia encontra o seu lugar. A Academia Platônica, cuja fundação supõe-se haja ocorrido em 397, simboliza o seu prestígio. A Academia estrutura-se em torno dos ensinamentos de Sócrates que fora condenado à morte dois anos antes. É na esteira de tais ensinamentos que se buscará uma conceituação para a filosofia.

O conceito de filosofia é formulado de modo inseparável da elaboração de um ponto de vista último, que se convencionou denominar de perspectiva filosófica. A filosofia grega adota o ponto de vista de que aquilo que aparece se sustenta numa permanência, que está por detrás. A categoria filosófica fundamental é a da

substância. Na Época Moderna, seria elaborada uma outra perspectiva, a rigor, diametralmente oposta à grega, segundo a qual só temos acesso ao que aparece, isto é, ao *fenômeno*. As coisas como seriam em si mesmas são inacessíveis.

Tecnicamente, as perspectivas filosóficas denominam-se *transcendente* (a grega) e *transcendental* (a moderna).

Em consonância com essa diversidade de perspectiva, Aristóteles define a filosofia como “a ciência das primeiras causas e dos primeiros princípios” e Kant como “a disciplina que investiga as condições de possibilidade dos diversos tipos de saber”. No século passado, para refutar a ilusão dos positivistas de que, por esse meio, seria possível constituir novas ciências, os neokantianos explicitariam que a inquirição filosófica não aumenta o conhecimento científico.

Cumpra distinguir perspectiva filosófica de sistema filosófico. Os sistemas são elaborados segundo as perspectivas. Mas, enquanto estas são insuperáveis, os sistemas revelam-se transitórios. A estrutura da filosofia comporta ainda os problemas, que são de fato a fonte de sua vitalidade.

No que se refere à filosofia grega, nessa primeira aproximação cabe tentar a aquisição de uma idéia geral das doutrinas de Platão e de Aristóteles.

Platão expõe o seu pensamento em forma de diálogo. Neste, Sócrates é a figura central, aquele que faz as perguntas destinadas a conduzir mais longe o raciocínio, e mesmo quando esse papel é desempenhado por outro personagem, segue-lhe o estilo. Considera-se que essa parcela da obra de Platão corresponda à elaboração dos conceitos. Estes são considerados com bastante amplitude, sem a preocupação de ordená-los tematicamente, embora estejam subordinados a uma certa hierarquia.

Assim, pela boca de Sócrates, a obra de Platão dá conhecimento a uma primeira forma de elaboração conceitual.

Além da elaboração conceitual, Platão formula diversas doutrinas. Sua acepção daquela parte da filosofia que depois se chamou de *metafísica* é a de que o sustentáculo das coisas é constituído pelas idéias, estabelecendo também um afastamento muito grande entre os dois mundos (o das coisas e o das idéias), Concebeu, ainda, uma doutrina política, segundo a qual o governo deveria ser entregue aos sábios (aos filósofos).

Aristóteles foi discípulo de Platão, mas depois afastou-se da Academia para organizar a sua própria escola. Revelou-se um trabalhador incansável e possuidor de mente privilegiada. No que respeita à ordenação do saber de seu tempo, sistematizou a elaboração conceitual dispersa na meditação platônica no que depois se denominou de *Lógica* (diversos livros que se convencionou ordenar sob a denominação geral de *Organon*); o que se sabia acerca dos corpos naturais em diversos livros (*Física*; *Do céu*; *Meteorologia*, etc.); formulou os princípios da psicologia, da biologia, da ética, da política, da economia, do conhecimento sobre as artes, etc. E deu forma ao que o saber filosófico tinha de mais específico, numa obra que seus discípulos intitularam de *Metafísica*.

Tendo presente as distinções antes estabelecidas, pretende-se que seja empreendida a leitura de alguns diálogos de Platão (*Timeu*, onde resume o arcabouço de sua filosofia e aqueles em que procede à análise da política, a saber: *Sétima Carta*, *Górgias* e *República*) e de dois dos livros de Aristóteles (*Metafísica* e *Física*). Dos diálogos de Platão há diversas traduções brasileiras, inclusive na antes mencionada Coleção *Os Pensadores*. A *Sétima Carta* é um texto pequeno em que relata a sua experiência de convencer a um tirano a aceitar suas idéias e sobretudo aplica-las a respeito da organização da sociedade. Mereceu uma edição da UnB, juntamente com outros textos e também de Walter Costa Porto (*Três vezes Siracusa*; opúsculo de “leituras universitárias”, editado pelo MEC, no início da década de oitenta)

A Coleção *Os Pensadores* inclui uma parte da *Metafísica* de Aristóteles. Da *Física* só se dispõe de traduções em outras línguas.

No contato com as obras, precedentemente referidas, deve-se levar em conta o processo de reconstituição da filosofia grega, que acabaria sendo um fenômeno tardio na cultura ocidental. Contemporaneamente, cuida-se de ter presente a situação existente na época em que se inicia a meditação dos primeiros cristãos, que, no final de contas, foram os responsáveis por sua preservação, em especial nos mosteiros medievais. Tudo leva a crer que se tenha dado o predomínio do chamado neoplatonismo, onde já se faz presente a influência das religiões orientais, o que talvez explique as preferências da filosofia cristã em seus primórdios. Essa circunstância explica que, em nosso tempo, hajam surgido tentativas de reconstituí-la de outra forma. Trata-se de conhecimento para especialistas, que não vem ao caso.

Em Roma, a par da adesão ao platonismo religioso, tem lugar a revisita a filosofias secundárias surgidas na Grécia, em especial o estoicismo, graças à importância atribuída às questões morais. Parece-nos que o conhecimento das *Meditações*, do Imperador Marco Aurélio, proporciona uma idéia geral desse aspecto. Esse texto figura na Coleção antes mencionada.

A aproximação entre cristianismo e filosofia grega é entretanto bastante complexa. Atuam como uma espécie de mediação os chamados apologistas. Estes, para defender as crenças cristãs, valem-se dos processos de análise e raciocínio contidos na filosofia grega. São colocados, no mesmo plano, o pensamento hebraico, bárbaro, grego e cristão, a fim de enfatizar a supremacia do último. Contudo, ainda não se trata de uma autêntica elaboração filosófica que adota como premissa os ensinamentos do cristianismo. Tal resultado somente seria alcançado por volta do começo do século XIII, quando se adquire maior familiaridade com o aristotelismo e tem lugar a configuração do que se denomina de Escolástica.

A adoção pelos cristãos da filosofia grega (ou do que por isto se entendia à época) pode ser compreendida através do estudo de dois dos principais livros de Santo Agostinho (*Confissões* e *Do Livre Arbítrio*, de que se dispõe de traduções brasileiras, por mais de uma editora)).

Pela leitura de outros textos, antes considerados, evidencia-se que coube à Igreja de Roma a tarefa de preservar e manter um mínimo de vida cultural, nos séculos que se seguiram à queda do Império Romano. Semelhante empenho coroa-se com a criação das universidades, a partir dos meados do século XII, e o florescimento do século XIII, fazendo-se acompanhar do ordenamento do saber sob a égide da teologia, a *Escolástica*, que era a filosofia ensinada do séculos XI ao XIV.

A Escolástica logra organizar um sistema que reúne as doutrinas dos Padres e dos Concílios, harmonizando-a com os vários ramos do saber. Seu empenho fundamental é aproximar razão e fé, culminando com a elaboração de São Tomás, no século XIII. Para dar uma idéia do tipo de encaminhamento teórico peculiar, a que corresponde, a nosso ver basta adquirir certa familiaridade com o texto da *Suma Teológica* relativo à pessoa humana. A *Suma* foi integralmente traduzida ao português. Para consultá-la, dada a sua extensão, cabe naturalmente recorrer a alguma biblioteca.

Desde o Renascimento, emerge uma tendência a depreciar a herança medieval, nela, enxergando sobretudo aspectos negativos. Se essa postura serviu para enfatizar a novidade da criação cultural empreendida na Época Moderna, depois de superado esse ciclo de inevitável conflito, corresponde a uma grave deformação tentar-se minimizar o significado da Idade Média. Além da recuperação da cultura clássica, é naquele período que aparecem aquelas tendências que iriam desabrochar plenamente na época posterior, notadamente no tocante à valorização do saber experimental. De modo que, ali não só tem lugar o aparecimento daquilo que se denomina com propriedade de *cultura ocidental*, como no plano estritamente filosófico equivale a uma fase de grande e fecunda elaboração conceitual.

Quanto ao Renascimento, no que respeita à filosofia, do mesmo modo que à ciência, o Renascimento não logrou instaurar um novo quadro. Sua principal aspiração consistia em fazer renascer o neoplatonismo, que, circulando na mesma esfera da Escolástica, ao subordinar a filosofia às verdades da revelação, não representava, de fato, uma alternativa. Contudo, veio reforçar a convicção de que a natureza estava escrita em linguagem matemática, impulsionando a observação dos fenômenos celestes que se revelou ser a ante-sala da física moderna. Considera-se aqui a sua contribuição fundamental, relativa ao entendimento da pessoa humana como um valor, bem como a obra de Bruno e de Galileu. Dois são os textos, de que se dispõe de tradução ao português, que permitiriam uma visão relativamente abrangente dessa fase histórica: *Figuras e idéias da filosofia do Renascimento*, de Rodolfo Mondolfo (edição da Mestre Jou) e *A cultura do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt. (Editora UnB, 1991)

As principais linhas da Filosofia Moderna estão fixadas. Entende-se por Filosofia Moderna o tipo de meditação que se defronta com os fatos culturais decorrentes dos descobrimentos, do aparecimento de um saber da natureza de índole matemática e da Reforma Protestante, estruturando-se em torno destes problemas filosóficos basilares: o *conhecimento*, a *ciência* e a *moralidade*. A meditação dessas questões faz emergir novas tradições, as mais importantes das quais seriam o nascimento da epistemologia (teoria do conhecimento científico), impulsionada sobretudo pelos autores ingleses; e a estruturação da perspectiva transcendental na obra de Kant.

A temática filosófica relacionada à ciência emerge em primeiro lugar em torno do conceito de *experiência*. Na obra antes referida de Rodolfo Mondolfo, dedicada ao Renascimento, apresenta-se minuciosamente esse processo. A experiência não era levada em conta no período medieval, dado que se tratava sempre de casos isolados. Certamente devido a essa circunstância, quando se buscou uma alternativa, Francis Bacon (1561/1626), na obra *Novum Organum* (partes essenciais incluídas no volume que lhe foi dedicado na Coleção da Abril) cuidou da indução, apontando o caminho de sua efetivação com o máximo rigor. Com idêntico objetivo, René Descartes (1596/1650) no *Discurso do método* (diversas edições brasileiras, inclusive na Coleção *Os Pensadores*) adotou o ponto de vista oposto. Cuidou de como proceder, também com idêntico rigor, à dedução. Rodolfo Mondolfo demonstra como Galileu iria encontrar a conceituação adequada: de um lado a observação cuidadosa (*esperienza sensata*, na terminologia que adota; e, de outro, a dedução (*demonstrazione necessaria*). Os dois procedimentos, contudo, somente proporcionariam os resultados esperados se o investigador partisse do que posteriormente foi designado como *hipótese*. As obras de Galileu estão indicadas no tópico dedicado à CIÊNCIA.

Dado o significado de que se revestiu, desde então, para a cultura ocidental, a noção de experiência, este é bem um exemplo do valor heurístico da filosofia.

A compreensão do nascimento da epistemologia e dos rumos seguidos pela filosofia inglesa podem ser alcançados pelo estudo destas obras: *Ensaio sobre o entendimento humano*, de Locke, e *Inquérito sobre o entendimento humano*, de Hume (ambos disponíveis na Coleção *os Pensadores*) Considerando a sua relevância e, ao mesmo tempo, a sua complexidade teórica, o Instituto de Humanidades elaborou Roteiro para estudo inicial da *Crítica da Razão Pura*, acessível no site do Instituto, apontado no tópico respectivo. A edição recomendada, em português, é da Fundação Gulbenkian, de Lisboa.

A Filosofia Moderna tem, contudo, muito maior amplitude, além dos dois aspectos antes destacados, isto é, o nascimento da epistemologia e a formação da perspectiva transcendental. Além disto, sobressaem estes aspectos: surgimento da corrente denominada espiritualismo, que se entende herdeira da filosofia antiga; a reelaboração da espiritualidade judaica (Spinoza) e o movimento que passou à história com o nome de idealismo clássico.

O interesse da obra de Spinoza advém da importância de que se reveste a moralidade judaica para a cultura ocidental. Essa moralidade prefigurou determinado tipo de espiritualidade que se singulariza pela simbiose entre moral e religião. Quando, no século XII, o filósofo judeu que o antecederia, Maimonides, a aproxima da filosofia grega – a fim de atender à popularidade que esta chegara a adquirir na cultura de sua época –, pretende sobretudo provar que é possível valer-se da obra de Aristóteles para enaltecer as crenças fundamentais do judaísmo. Spinoza encontra-se diante de contexto cultural diverso, aquele que assiste ao nascedouro da física moderna e entende ser imprescindível dar uma feição renovada ao judaísmo tradicional sem abdicar de seu núcleo básico, que se encontra na complementariedade entre moral e religião. Ainda que a própria comunidade judaica haja recusado a inovação, essa proposta viria a encontrar ressonância na hipótese da religião natural. O seu texto básico, *Ética*, acha-se disponível em português, divulgado por mais de uma editora, inclusive na Coleção *Os Pensadores*.

O idealismo clássico alemão constitui um momento fundamental da filosofia ocidental. Para a geração pós-kantiana, a tarefa que tinha pela frente era constituir o sistema, levando em conta que a *crítica* estava concluída na obra de Kant. Hegel é, certamente, a principal figura desse movimento. Proporciona-se uma idéia da filosofia hegeliana mediante o estudo das partes das obras adiante, incluídas na Coleção antes citada: *Fenomenologia do Espírito e Filosofia do Direito*. Do texto integral só se dispõe de traduções estrangeiras.

Procura-se também facultar uma visão dos dois pontos de vista segundo os quais foi a filosofia de Hegel criticada em seu tempo: I) através da reivindicação do existente singular, na obra de Kirkegaard; e II) no mesmo plano hegeliano, isto é, das totalidades mas supondo a possibilidade da realização do sistema (na verdade, a pretensão de implantar uma sociedade racional), na meditação de Marx. De Soren Kirkegaard (1813/1855) recomenda-se as obras incluídas na Coleção *Os Pensadores* (*Temor e tremor e Desespero humano*). De Marx, estamos recomendando *Manifesto Comunista e Ideologia Alemã* (de ambos dispõe-se de edições em português, de mais de uma editora).

A Filosofia Contemporânea corresponde à reação contra as correntes positivistas emergentes no século XIX que difundiram a crença de que todo conhecimento humano esgota-se na ciência, sendo impossível a metafísica, isto é, uma inquirição de índole filosófica, especulativa. Essa reação tem diversos referenciais, sobressaindo o neokantismo na Alemanha e o bergsonismo na França.

Na época da Primeira Guerra Mundial a interdição positivista achava-se inteiramente superada, florescendo, entre outras correntes, a fenomenologia, o existencialismo e o culturalismo. Recomenda-se o estudo das obras fundamentais que contribuíram para restaurar a filosofia em sua diversidade, devidas a Herman Cohen, Henri Bergson e Jacques Maritain.

Das principais obras de Herman Cohen só se dispõe de traduções ao francês. O texto fundamental de Bergson (*As duas fontes da moral e da religião*) figura igualmente na citada Coleção da Editora Abril. De Maritain recomenda-se *A filosofia moral*, cuja tradução é da Editora Agir.

Levando em conta a contribuição, naquele sentido, do desenvolvimento da ciência, indicamos para estudo a obra *A ciência e a hipótese* (Editora UnB, 1988), de Henri Poincaré (1854/1912)

Cabe registrar o fato de que A Filosofia Contemporânea expressa-se através de filosofias nacionais. Trata-se do coroamento de um fenômeno que aparece ainda na Filosofia Moderna. Essa circunstância não afeta a universalidade da filosofia como o demonstra a obra *Experiência e cultura* (São Paulo, 1977), de Miguel Reale, indicada para estudo. A possibilidade de filosofias nacionais resultam da quebra de unidade lingüística ocorrida na Época Moderna. Contudo, não advém dessa circunstância, mas

da preferência por determinados problemas teóricos, justamente o que irá distingui-las umas das outras..

IV. COMO A CIÊNCIA MODERNA INSERE-SE NAS HUMANIDADES

1. A consideração desse problema no período recente

O problema considerado surge em decorrência da resistência da Escolástica em aceitar o novo tipo de saber, representado pela ciência moderna. Encontrando-se em suas mãos as Universidades, simplesmente cuidou de bloqueá-la nessas instituições. Nos países protestantes havia se formado um clima favorável à pesquisa científica, de que é o melhor exemplo a Inglaterra onde, em caráter pioneiro, os cientistas passaram a dispor de uma tribuna: a Royal Society. Ali é que floresceu a obra de Newton, Haley e tantos outros.

Conflito aberto entre o saber humanístico, cultuado pelas Universidades em mãos dos católicos, e a ciência moderna eclodiu primeiro em Portugal e, logo a seguir, na França. Pombal expulsou os jesuítas e reformou a Universidade, colocando-a a serviço do que então se denominava de “filosofia natural”. Napoleão simplesmente fechou a Sorbone. A Universidade Francesa somente seria restaurada muito mais tarde.

A questão do modo pelo qual deveria inserir-se no ensino de humanidades é bastante tardio.

No livro de Sidney Hook que estamos recomendando para leitura –*Educação para o homem moderno* – essa questão acha-se suficientemente esclarecida, cabendo agora referir brevemente o tema

Sidney Hook (1902-1989) foi um dos mais destacados discípulos de John Dewey e da corrente filosófica norte-americana denominada de *pragmatismo*. Ensinou filosofia na Universidade de Nova York a partir de 1934. Socialista e apreciador de Marx, considerava a experiência soviética a grande tragédia do século, na medida em que atentava contra o sistema democrático-representativo, justamente a grande conquista da humanidade. Tornou-se o principal defensor da tradição de proceder-se à leitura das obras clássicas, como condição de permanência na universidade, sendo justamente o autor de um entendimento das humanidades que encerrou uma polêmica clássica na obra que caracterizaremos a seguir. Quando se pretendeu nos Estados Unidos que a seleção de leituras, nos institutos universitários chamados de *Liberal Arts*, adotasse critérios políticos, apresentou um argumento digno de registro em relação a Santo Agostinho. Reclamava-se a inclusão de um autor negro, por essa simples condição. Hook lembrou que Santo Agostinho era do Norte da África e as descrições de sua pessoa, que chegaram até nós, indicam que tinham a pele escura. Porém, a sua presença no Canon Ocidental em momento algum levou em conta tal circunstância, mas apenas o significado de sua obra para a nossa cultura.

O livro *Educação para o homem moderno* esteve relacionado à grande polêmica verificada nos Estados Unidos, na década de trinta do século XX – e que prosseguiu no pós-guerra – a propósito do conteúdo da educação. Encontrava-se subjacente uma questão não resolvida a propósito da disputa entre ciência moderna e cultivo das humanidades, que era tradição da Universidade medieval. Ao longo do século XIX ocorreu certa acomodação. Aos poucos o próprio aristotelismo --que chegou a ser proibido-- foi reavaliado com serenidade. Na Alemanha estruturou-se um modelo de Universidade destinada a promover a pesquisa científica, sem embargo da presença da cultura humanista. Quase por toda parte o estudo das obras clássicas foi transferido ao nível colegial.

Sem embargo, faltava um debate aprofundado onde o tema fosse considerado com a amplitude requerida. Esta oportunidade surgiu quando renomados educadores, na Universidade de Boston, resolveram contrapor o ensino das humanidades segundo

o modelo consagrado nos Estados Unidos, sob a influência de John Dewey, onde a ciência tinha a primazia. Hook concebeu o livro como um ataque àquela iniciativa, apresentada abertamente como aristotélico-tomista, e esta seria a característica da primeira edição, aparecida em 1945. Depois refundiu-o, resumindo aquele debate e apresentando o seu principal resultado, para a segunda edição, de 1963, tornada definitiva e sucessivamente reeditada. Justamente essa versão viria a merecer tradução ao português, pela Editora Zahar, do Rio de Janeiro, em 1965.

Nos EE.UU. consagrou-se o entendimento de que haveria, como contrapostas, uma cultura científica e uma cultura humanista. Procurando superar esse tipo de postulação, Hook irá demonstrar que o cultivo das humanidades não pode ser entendido como culto abstrato do passado. Ao contrário disto, trata-se de equipar-se para o presente. Se é assim, não se pode dar as costas para autores e questões contemporâneas, como se tornou praxe em algumas universidades americanas. Sobretudo, não se pode ignorar a ciência moderna nem perseverar o conflito com a filosofia aristotélico-tomista, formulada antes do aparecimento da ciência.

O grande mérito de Hook consiste em haver definido a educação moderna como educação liberal e em tê-la caracterizado, a bem dizer, de modo exaustivo. Diz textualmente: “A função de uma educação liberal no mundo moderno é insuflar alguma ordem nos espíritos que herdaram tradições conflitantes. Devemos fundir os problemas e materiais do mundo moderno num molde reconhecível pelo qual os indivíduos possam orientar-se para uma vida plena e responsável”.

Não se furta em referir de modo concreto o desdobramento desta proposta. Antes de mais nada, afirma que a pessoa liberalmente educada deve estar familiarizada com o conhecimento científico da natureza física. Em se tratando da formação geral, não é indispensável o conhecimento do que se contém nos manuais mas apenas e sobretudo os grandes textos científicos em seus respectivos momentos históricos. A par disto, “a todo estudante deve ser solicitado que se torne inteligentemente consciente de como funciona a sociedade em que vive, das grandes forças modeladoras da civilização contemporânea e dos problemas cruciais de nossa época, ainda aguardando solução”. Os estudos sociais seriam, pois, fundamentais no currículo da moderna educação. Subseqüentemente, a escola deve facultar a imprescindível familiaridade com os valores de nossa civilização. Não basta, também, ter acesso aos conhecimentos indicados, sendo imprescindível compreender os procedimentos adotados na sua obtenção, o que pode ser alcançado pelo estudo da lógica ou do método científico. A literatura é igualmente parte integrante da formação geral, do mesmo modo que o conhecimento da língua pátria, de alguma língua estrangeira, da música e das artes. Embora reconheça o lugar da religião na vida humana, não considera adequado o seu ensino diretamente nos sistemas de ensino, já que se trata de uma função das igrejas. Conclui: “Os que não são educadores profissionais podem pensar que semelhante programa é chocantemente “pedante” e irrealista. Mas logo que se faça o devido desconto para as diferenças de capacidade das crianças, nas diversas idades, na preparação dos materiais de ensino, temas dominantes e técnicas específicas de instrução –, o ar de paradoxo e irrealismo desaparecem logo”.

2. Obras básicas recomendadas

A ciência moderna é um tipo de saber diferente da ciência antiga. Os que tiveram oportunidade de tomar contato com a *Física* de Aristóteles, puderam verificar que se trata ali de uma especulação acerca do movimento e outras categorias a este relacionadas. Ao mesmo tempo, contudo, Aristóteles estimulou o registro e a catalogação de animais, de igual modo que a observação dos astros. Esta parte da investigação que ajudou a organizar no *Liceu* de Atenas, transplantou-se para o

Museu de Alexandria e foi posteriormente desenvolvida. Quando se deu a reintrodução, no Ocidente, daquilo que se preservou da cultura grega, o saber escolástico, eminentemente especulativo e voltado para temas de índole religiosa, já se achava estabelecido. O que se incorporou do saber antigo, além da filosofia aristotélica, foram a teoria geocêntrica e a geografia de Ptolomeu. De modo que a suposta tradição iniciada pelo Museu de Alexandria somente muito mais tarde iria despertar a curiosidade dos sábios. Este é um fenômeno da época do Renascimento. Assim, o conhecimento das hipóteses científicas que procedem da Antigüidade não tem maior interesse para a cultura geral, isto é, dificilmente ter-se-ia uma visão apropriada do evento sem a leitura de muitas obras, representando certamente um desvio da linha que nos propusemos. De todos os modos, vale a pena tomar contato com os *Elementos* de Euclides, livro a que muito deve o prestígio que o raciocínio matemático veio a adquirir, bem como alguns ensaios de Arquimedes.

A propósito de Euclides, escreve L.W.H. Hull: “Sua obra mais importante, os *Elementos*, é um dos livros mais influentes da história da humanidade. Euclides dava nesse livro um quadro sintético de toda a geometria grega do círculo e da reta, e da teoria dos números então conhecida. Trata também da geometria tridimensional do plano, da esfera e dos sólidos regulares. A matéria de sua exposição é devida, em sua maior parte, a matemáticos anteriores, como Pitágoras, Eudoxo e Hipócrates de Quió. A principal contribuição de Euclides é obra de seu gênio para a organização e a disposição lógica do material. Reuniu os teoremas conhecidos cobrindo hiatos lógicos e formulando novas demonstrações quando se fez necessário, e chegou assim a construir um grande sistema dedutivo. Reduziu consideravelmente o número das proposições indemonstradas das que dependia a parcela demonstrada. Estabeleceu um novo critério de rigor, e também às vezes de elegância, na demonstração. Criou um estilo de exposição que, dois mil anos mais tarde, ainda seria apreciado por Newton.” (*História e filosofia da ciência*, tradução espanhola, Barcelona, Ariel, 1961, p. 97/98).

A descoberta do significado da obra de Arquimedes é posterior, datando do século XIX. Além de haver desenvolvido e ultrapassado a geometria, sistematizada por Euclides, e ter realizado diversos inventos – contribuindo assim para evidenciar o aspecto operativo do saber científico, de que não se tinha uma idéia muito clara em seu tempo –, considera-se como fundador da hidrostática (parte da hidromecânica, que estuda o equilíbrio dos líquidos e dos gases, sujeitos à gravidade). Sua configuração decorreu basicamente dos progressos alcançados pela engenharia – e dos problemas teóricos que suscitou –, notadamente a partir da segunda metade do século XIX.

Contudo, o essencial é ter uma noção da novidade representada pela ciência moderna e conhecer as obras mais representativas no contexto histórico em que aparecem.

A novidade é conceituada deste modo, por Hull, no livro antes citado: “A lei da inércia, base da nova física, foi parcialmente estabelecida por Galileu, mas é justo continuar chamando-a primeira lei newtoniana do movimento. A lei afirma que todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo a menos que atue alguma força. A fórmula *se não há força atuando não há movimento* é substituída pela fórmula *se não há força atuando não há mudança de movimento*. A palavra acrescida constitui uma novidade radical. Aristóteles, com efeito, definia a força como a causa do movimento; Newton define-a como a causa das mudanças de movimento” (ed. cit., p. 190). A par disto, o novo saber busca, de forma radical e conseqüente, introduzir a medida, segundo o lema que chegou a tornar-se espécie de divisa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: “*Só se pode conhecer bem um fenômeno quando é possível exprimi-lo por meio de números (Kelvin)*”.

É importante também ter presente que a ciência moderna em seus primórdios, está envolvida numa polêmica com a Igreja Católica, o que acarretou a solidariedade

dos protestantes – sem que isto significasse, naturalmente, comprometimento com as suas teorias. Essa circunstância ensejou um movimento, na Europa, que teria conseqüências significativas na cultura luso-brasileira. Tal evento foi denominado de *movimento cientificista* pelo fato de que pretendia exaltar a ciência e torná-la reconhecida pela sociedade. Logrado o objetivo que se propunha, o movimento cientificista não desaparece da cena para deixar que a ciência ocupe o seu lugar. Muito ao contrário, segue um curso autônomo, curiosamente em aberto conflito com a ciência. É esse movimento cientificista, subsquente à institucionalização da ciência, que iria marcar profundamente a cultura luso-brasileira, onde muito se fala de ciência e pouco se faz no sentido de compreendê-la e desenvolvê-la.

A partir das considerações precedentes pode-se estabelecer que os objetivos do conhecimento da obra dos grandes cientistas consistem no seguinte:

- 1) Compreender a especificidade da ciência moderna, em seu sentido próprio, tanto como descoberta da verdade como saber de índole operativa, de modo a evitar o equívoco muito frequente em nossa cultura onde se supõe que os outros tipos de saber, para ter alguma validade, deveriam perder a sua especificidade e reduzir-se à ciência, ou ainda que esta acha-se conclusa e acabada, não nos restando nada a fazer senão cuidar de sua aplicação;
- 2) Dispor de uma informação razoável acerca de algumas obras representativas da natureza do pensamento científico e não propriamente de conhecimento aprofundado e exaustivo do conjunto das descobertas científicas e suas conseqüência; e,
- 3) Ter uma noção clara do contexto histórico em que emerge e se desenvolve a ciência, sobretudo para ser capaz de distingui-la do movimento cientificista e saber identificar a presença deste último na atualidade brasileira.

Levando em conta ser da tradição dos estudos humanísticos, conhecer a obra de Euclides e Arquimedes, como representantes de um tipo de investigação que seria desenvolvida no Museu de Alexandria, indicamos para conhecimento os *Elementos* de Euclides e alguns ensaios de Arquimedes. Do primeiro, embora exista tradução portuguesa, esta constitui raridade bibliográfica. São acessíveis as traduções espanhola, francesa e inglesa. Esta última é parte integrante dos *Great Books* da Britânica. *Ensaio* de Arquimedes, foram igualmente incluídos nos *Great Books* da Britânica, traduzidos de sua obra, aparecida entre 1910 e 1915 (*Opera Omnia*, ed. preparada por H. J. Helberg, contendo o texto grego e a tradução latina), de que se dispõe também de edição francesa (*Oeuvres complètes*, trad. Paul Ver Ecke, Paris, Gauthier-Villiers, 1921).

O mérito do contato com os *Elementos* de Euclides (de quem se dispõe de poucas informações de origem biográfica, supondo-se que haja trabalhando no Museu entre 320 e 260 a C.), conforme indicamos, consiste em compreender a capacidade persuasiva do raciocínio matemático. Na época de Euclides, o cálculo ainda não se achava desenvolvido – e muitos estudiosos consideram que essa possibilidade somente se criou com a introdução da notação arábica –, de modo que a obra não contém demonstrações matemáticas propriamente ditas, mas o simples raciocínio. A esse propósito, escreveram os autores da *História ilustrada da Ciência* da Universidade de Cambridge:

“A fama de Euclides repousa basicamente nos *Elementos*, síntese sistemática da geometria grega que, até muito recentemente, foi a base de todo o ensino dessa ciência no Ocidente. Na verdade, sua influência foi muito maior; considera-se que seu método de síntese – seus axiomas, postulados, teoremas e provas – afetou o pensamento ocidental muito mais do que qualquer outro livro, exceto a Bíblia. Teve, por certo, um efeito profundo no modo pelo qual os problemas são resolvidos, pois é magistral a maneira lógica com que Euclides faz cada proposição seguir-se às

previamente demonstradas. Suas provas mostram o poder intelectual dessa técnica e algumas são, até certo ponto, engenhosas”. (Obra cit., vol. I, p. 117).

De Arquimedes (c.287/212 a.C.) diz Hull o seguinte: “Arquimedes foi o matemático mais penetrante da Antigüidade e talvez a inteligência mais aguda de toda a humanidade, até o Renascimento. É um homem da classe de Shakespeare, Newton, Michelângelo ou João Sebastião Bach” (ed. cit., p. 107). Embora o estudo integral de sua obra exija consideráveis conhecimentos matemáticos, os ensaios selecionados pela Britânica pretendem sobretudo ilustrar a engenhosidade de seu raciocínio e também apresentar a parte da geometria a que deu acabamento definitivo. Entre aqueles destacam-se “Sobre a esfera e o cilindro”, “Medida do círculo”, “Sobre o equilíbrio e o centro de gravidade dos planos”, “O contador de areia” e “O método para tratar problemas mecânicos”, e atendem perfeitamente àquela finalidade.

Para que se tenha uma idéia da singularidade do procedimento científico, do seu curso histórico e sucessivo enriquecimento, entendemos ser indispensável começar por estas três obras: *Explicações científicas*, do pensador brasileiro Leônidas Hegenberg; *A ciência e a hipótese*, de Henri Poincaré, indicado precedentemente para ajudar na avaliação do enfraquecimento do cientificismo, decorrente do caminho seguido pela ciência no século XX; e *O papel do cientista na sociedade*, de Joseph Ben David (1920/1986). Hegenberg é o responsável pela difusão no Brasil dos textos contemporâneos da filosofia da ciência e Ben David traça um panorama do desenvolvimento alcançado pela ciência, desde Newton, com ênfase nas peculiaridades registradas em alguns países, apontando as razões de sua peregrinação.

Finalmente, *A ciência e a hipótese*, de Poincaré (1854/1911) é um livro fundamental para os destinos da ciência. Na segunda metade do século XIX, chegou a encontrar acolhida, nos meios científicos, a idéia posta em circulação pelo positivismo de que a ciência achava-se pronta e conclusa. Reconhecido como um dos maiores matemáticos de seu tempo, Poincaré jogou todo o peso do seu prestígio na derrota daquela teoria, que de fato equivalia à morte da ciência. A revalorização da hipótese efetivada por sua obra permitiu a renovação do entendimento da ciência e a acolhida posterior de novas contribuições, como as de Karl Popper (1902/1994).

No que se refere à evolução dos principais ramos da ciência, sugerimos que esse conhecimento se faça tomando separadamente a física, a química e a biologia. Sabemos que o desaparecimento das fronteiras entre tais ramos do saber e a sua confluência constituem uma de suas linhas de desenvolvimento. Contudo, a cultura geral não exige – e tampouco impede, certamente – que a pessoa se enfronte em todos esses meandros. E, mesmo neste último caso, sem uma compreensão prévia de seu curso isolado, ninguém pode fazê-lo.

O nascedouro da física moderna dá-se com o livro *Princípios da filosofia matemática da natureza* (1687), de Isaac Newton – de que se dispõe de traduções brasileiras recentes, uma das quais incluídas na coleção Os Pensadores da Editora Abril. O caminho para esse resultado seria aberto por Galileu. Desse autor, estamos recomendando o estudo de *O Ensaíador* (1623) e *Diálogo sobre os dois maiores sistemas* (1632). Somente do primeiro dispõe-se de tradução ao português. Do segundo conta-se com uma primorosa edição espanhola. Para o curso que empreendeu no século XX, recomenda-se o livro de Albert Einstein *A evolução da física* (1930).

Os livros indicados de Galileu (1564/1642) e Newton (1642/1727) permitem verificar como o método de Euclides foi aplicado com rigor à análise dos fenômenos físicos. As três leis do movimento são conhecidas. De modo que o contato direto com o seus formuladores tem sobretudo o propósito de estimular o conhecimento das fontes e não dos simples divulgadores. É óbvio que essa regra não se aplica a todos os grandes livros da ciência, muitos dos quais pressupõem conhecimento

especializado que não é nosso propósito recomendar sendo por isto mesmo imperativo, para quem deseja compreendê-los adequadamente, recorrer aos expositores. Tal parece ser o caso da teoria da relatividade de Einstein (1872/1954) ou da teoria dos *quanta*, de Max Plank (1858/1943), exigentes de grande familiaridade com a matemática. Entretanto, o livro indicado de Einstein é perfeitamente acessível.

O desenvolvimento alcançado pela pesquisa relacionada ao átomo e à energia é objeto do livro *Atomic Quest – a Personal Narrative*, de Arthur Compton (1892/1962), de que não se dispõe de tradução ao português.

No tocante à química, o texto básico inicial é *O Tratado elementar de química*, de Lavoisier (1743/1794). Tem o mérito de situar, temporalmente, o desenvolvimento dessa ciência no que tange à aplicação do novo método. Introduziu com sucesso a medida na análise dos processos químicos. Lavoisier ainda supõe que o calor seria proveniente de uma substância autônoma que denominou de calórico, típica reminiscência da fase anterior, cuja superação teria que ser complementada. O passo nesse sentido seria dado por Mendeleev (1834/1907), que elabora uma tábua racional e lógica dos elementos.

A extensão do método à biologia seria obra de Mendel (1822/1884), que ficou ignorado em seu tempo, sendo redescoberto no começo do século XX. Trata-se da primeira formulação relativa aos *genes*, que marcaria em definitivo os destinos da biologia. Para fazer-se uma idéia do desdobramento dessa hipótese, sobretudo a confluência que se dá com a química, originando-se a disciplina chamada bioquímica, indicamos *The Double Helix* (Penguin, 1968), de James Watson (nascido em 1928), de que não há tradução ao português. Watson estabeleceu a estrutura do DNA, juntamente com Francis Crick (nascido em 1916). Os dois cientistas entraram numa disputa mesquinha a propósito da paternidade da revolucionária descoberta. Sem tomar partido quanto a isto, todos os estudiosos consideram que o livro em apreço corresponde à sua melhor exposição. Paul Stratfern, conhecido historiador da ciência, a propósito dessa obra teria oportunidade de escrever o seguinte: “Melhor autobiografia em primeira mão de uma descoberta científica já escrita, repleta de detalhes pessoais quanto de ciência. Tendenciosa (contra Francis Crick, é claro), mas uma excelente leitura para cientistas e não cientistas também”. Nesse processo, *A origem das espécies*, de Darwin (1809/1882) é um livro fundamental na medida em que promoveu a laicização do conhecimento da natureza. A edição comemorativa do centenário de sua morte (1982), realizada pela Melhoramentos, contém uma introdução de Richard F. Lakey que a situa não apenas em relação às hipóteses anteriores como aponta as confirmações e retificações introduzidas posteriormente.

A uma pessoa possuidora de cultura geral, é importante estar informada das principais linhas de desenvolvimento da ciência em nosso tempo. Acreditamos que esse contato com as principais obras é uma forma adequada de fazê-lo, no que tange ao essencial. Quem achar que não pode prescindir de uma visão mais completa, consultará com proveito o volume dedicado ao século XX (vol. IV) da *História ilustrada da Ciência*, da Universidade de Cambridge (ed. Jorge Zahar/Círculo do Livro).

V. AS OBRAS LITERÁRIAS NO CÂNON OCIDENTAL

Leonel Trilling exprime a convicção de que o pior e o melhor da aventura humana passam sempre pelos livros e que estes nos ensinam a viver ... A literatura deve nos aproximar da experiência humana e de seus efervescentes mistérios.

Mário Vargas Llosa – *El lenguaje de la pasión*
(2000)

1. Critérios para estruturação do Cânon

Da maneira mais habitual, Cânon (Cânone) é o nome que se dá às ciências normativas em geral (por extensão: direito canônico, conjunto das decisões dos papas e concílios, obrigatório para toda a Igreja Católica). O Cânon Ocidental corresponde àquelas obras que marcaram e definem a nossa cultura. O pressuposto de sua organização seria a admissão da existência de um patrimônio comum ao Ocidente. A missão de preservá-lo foi atribuída inicialmente aos mosteiros, passando em seguida à Universidade medieval. Com a Reforma Protestante e o surgimento da ciência moderna, ocorre um grande choque em relação ao entendimento do seu conteúdo. A radicalização daí decorrente explica que Napoleão haja simplesmente fechado a Universidade Francesa (Sorbonne) e Pombal tenha destruído a Universidade tradicional portuguesa para colocar em seu lugar uma nova instituição onde fosse admitida a ciência. Quando os ânimos se acalmaram, encontrou-se uma fórmula para o ingresso da ciência no Cânon, fazendo-o através das obras marcantes e decisivas de seu rumo.

A forma de preservação do pretendido patrimônio comum tem variado segundo os países. Em muitos deles, fazem-no nos cursos de nível secundário. No mundo anglo saxão surge uma experiência interessante. Tradicionalmente, o ingresso na Universidade dava-se através de uma Faculdade (Liberal Arts) incumbida de proporcionar cultura geral a todos que nela ingressavam. Com a expansão do ensino profissional de nível superior, aquela praxe circunscreveu-se às universidades tradicionais (Estados Unidos) e, na Inglaterra, ao instituto que preservou o nome de Universidade, com matrícula reduzida. Em compensação, como foi referido, nos Estados Unidos criou-se o *Endowment for Humanities*, incumbido de fomentar a cultura geral de forma independente das instituições de ensino, com resultados verdadeiramente espantosos. Na Inglaterra, a *Open University*, em associação com a BBC, mantém programas dessa índole da melhor qualidade.

Os percalços encontrados pela preservação do patrimônio cultural comum, antes apresentado de modo sumário, não poderiam deixar de originar disputas quanto ao seu conteúdo – e até mesmo quanto à sua validade. Não tendo cabimento enfrentar aqui estes problemas, o que nos levaria a tangenciar o presente objetivo, vamos nos limitar à explicitação das divergências que têm a ver com a maneira pela qual as obras literárias participam do Cânon Ocidental.

O modelo mais acabado do Cânon Ocidental é aquele preservado pelo St John's College, dos Estados Unidos, justamente o que serviu de inspiração para a publicação dos Great Books da Enciclopédia Britânica. Seu eixo central é integrado pelas obras que refletem a evolução da meditação filosófica, do pensamento político, da discussão em torno da fundamentação da moral – disciplina que se consagrou com o nome de Ética – e dos debates suscitados pela religião. As obras literárias ali incluídas, selecionadas com o mesmo rigor das precedentes, são aquelas que contribuíram para fixar facetas marcantes da pessoa humana. Ao todo, a lista do St John's compreende cerca de 120 autores, dos quais 25 de obras literárias consagradas. Trata-se de um

curso ministrado em quatro anos letivos. De um modo geral, contudo, as diversas instituições voltadas para a difusão da cultura geral partem do reconhecimento de que ninguém conseguirá ler tudo nem inteirar-se de tudo. O Cânon objetiva proporcionar um fio condutor e, ainda que estruturado com o máximo de realismo, jamais constituirá uma camisa de força.

O modelo do Instituto de Humanidades compreende cerca de 140 livros, de aproximadamente 100 autores, abrangendo estudiosos da cultura, da moral, da religião, filósofos e cientistas, aos quais acrescentamos as obras literárias mais importantes, segundo os grandes ciclos históricos (cerca de 60 títulos, de aproximadamente 25 autores).

Nos Estados Unidos surgiu uma vertente que privilegia o critério estético na constituição do Cânon. Sua figura mais expressiva é Harold Bloom, professor de literatura inglesa na Universidade de Yale. Define-o precisamente como “cânon literário”, no qual inclui “apenas as obras religiosas, filosóficas, históricas e científicas de grande interesse estético em si.”

O critério para a seleção de obras literárias não poderia ser diferente daquele que norteou a escolha dos demais textos capazes de facultar cultura geral. A cultura geral deve, antes de mais nada, proporcionar familiaridade com os valores da cultura ocidental, assimilados criativamente de forma a poder avaliar, com equilíbrio, a experiência da civilização² em que se insere -- formada no seio daquela cultura -, enquadrando-a numa adequada perspectiva histórica. Subsidiariamente, incumbe-lhe contribuir para a capacitação no expressar-se de modo correto e no conhecimento da tradição literária nacional e, ainda, conhecer o objeto, o método e a história das principais disciplinas científicas.

A familiaridade com a cultura geral deve levar à compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva, em permanente enriquecimento e que não se secciona em compartimentos estanques. Tal compreensão há de resultar de uma atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações bem como do compromisso com o subsequente auto-aperfeiçoamento.

Ainda que o critério de incorporação de obras literárias ao Cânon não possa tangenciar os objetivos descritos, cabe ter presente uma diferença fundamental no modo como delas nos aproximamos. Em relação às outras disciplinas em que se costuma agrupar as obras integrantes do Cânon (história; política; moral, religião e filosofia), os cursos de humanidades não podem deixar de proporcionar roteiros ou guias aptos a facilitar o seu estudo. No caso das obras literárias, entretanto, não caberia tal procedimento porquanto se recomenda apenas a sua leitura, ainda que possa ser instruída por consulta a Enciclopédias ou outras obras do gênero. Por esse motivo, a lista a que chegamos pode ser perfeitamente ampliada, em razão das preferências de cada um, já que não requer o tempo e o esforço exigido pelas disciplinas antes enumeradas.

Os biógrafos de Edmund Wilson, famoso crítico literário norte-americano, registram que tendo ficado sem ter o que fazer, na frente de batalha em que se encontrava, na França, na Primeira Guerra Mundial, entre a cessação das hostilidades naquela região e assinatura do armistício, período que se prolongou por quinze meses, leu não só todas as grandes obras de literatura como os autores conhecidos na época, no total de duzentos livros. De modo que as pessoas que tenham adquirido o hábito de leitura cumprirão sem dificuldade o programa aqui proposto.

2. A literatura no primeiro ciclo da cultura ocidental

² No seio da cultura formam-se ciclos civilizatórios, caracterizados pela mudança na hierarquização dos valores. Em termos gerais, a cultura ocidental vivenciou dois ciclos civilizatórios, o feudal e o industrial. A par disto, o povo português, ao inserir-se naqueles ciclos, deu à sua civilização uma feição singular, enriquecida com aspectos novos ao tornar-se luso-brasileira.

O surgimento da imprensa, no século XV, teve uma influência muito grande nos destinos da literatura e da própria cultura como um todo. No período anterior, os livros eram copiados a mão, em folhas de pergaminho. Processo custoso e lento, somente os conventos tinham condições de efetivá-lo. Com a criação das Universidades, a partir do século XIII, estas absorvem aquela tarefa. Na Europa foram preservados tais livros e sua visita é parte de roteiros turísticos em diversos países. Constituem autênticas obras de arte. A preferência das cópias recaía sobre obras colocadas ao serviço da religião, abrangendo naturalmente os textos eruditos.

A literatura propriamente dita – ou aquilo que poderia ser tomado como tal – transmitia-se oralmente. Sua forma principal era a difundida por músicos ambulantes, comumente denominados de jograis (ou jograis-recitadores). Dirigia-se a um público seletivo³, seja nas cortes seja nos primeiros ajuntamentos, muitos dos quais se transformariam em burgos, que, por sua vez, deram origem às cidades. Parte dessa espécie de literatura chegou a ser preservada.⁴

O típico da sociedade medieval veio a ser, entretanto, as novelas de cavalaria. Conquistaram uma grande popularidade na Idade Média. Admite-se que haja experimentado um primeiro ciclo (bretão ou arturiano) que tem ao Rei Arthur e seus cavaleiros como protagonistas. Arthur é o lendário rei da Inglaterra cantado em prosa e verso por sir Thomas Malory (falecido em 1471), que havia sido precedido por Chrétien de Troyes, poeta francês do século XII. A exemplo do que aconteceria mais tarde com as figuras marcantes das tragédias gregas, heróis e histórias relacionadas a Arthur – Lancelot, Perseval, o Cálice Sagrado⁵-- foram incorporados à cultura ocidental em vários dos tipos de espetáculos, inclusive filmes. Ao ciclo arturiano segue-se o chamado ciclo carolíngio, assim chamado por dizer respeito a Carlos Magno (747/814), rei da França desde 768, a quem se atribui a criação, em 800, do Sacro Império Romano-Germano. Por ser considerada uma espécie de amostra paradigmática, desse tipo de literatura, a Canção de Rolando costuma ser incluída no Cânon. Os interessados numa visão mais ampla, lerão com proveito os estudos de Georges Duby dedicados ao tema, de que se dispõe de tradução portuguesa. Entre outras coisas, esse estudioso francês promoveu a edição do testamento de um cavaleiro inglês que constitui magnífico documento para a compreensão da mentalidade de elite que deu origem à nobreza medieval. A tradução ao português intitulou-se Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo.

No século XIII tem lugar o encontro com as obras clássicas da Grécia e de Roma Antigas. Disso resultou, como se sabe, a adoção pelo Ocidente do direito romano e da filosofia grega. Ainda que o impacto da descoberta, no plano das letras e das artes,

³ Tenha-se presente que a sociedade em formação vinha sendo constituída de modo segmentado e hierarquizado. A elite guerreira não procurava inteirar-se da cultura e só muito mais tarde dar-se-ia ao trabalho de adquiri-la

⁴ Em língua portuguesa, dispõe-se das coletâneas adiante indicadas. No caso do Brasil, o estudioso Segismundo Spina editou *A Lira Trovadoresca* (1ª. ed., Rio de Janeiro, 1956; 2ª edição ilustrada, São Paulo, Editora das Universidade de São Paulo). Dos trovadores portugueses há edições dos chamados *Cancioneiros* (os mais citados são *Cancioneiro da Ajuda e Cancioneiro da Vaticana*).

⁵ A lenda foi preservada com a denominação de Santo Graal (corruptela do termo **gral**, do latim medieval que significaria “terrina, prato ou travessa”), vaso de esmeralda onde teria sido servido vinho a Cristo na última ceia e onde José de Arimatéia teria recolhido o sangue de Jesus quando, durante a crucificação, um centurião lhe dera uma estocada. Os cavaleiros medievais teriam a guarda dessa relíquia, conservada em local secreto.

somente se haja verificado mais tarde, com o Renascimento, os *Contos de Cantuária*, de Geoffrey Chaucer (aprox.. 1340/1400) -- cuja leitura é indicada e que marca a transição para uma outra forma de expressão literária -- já refletiria a influência dos clássicos.

Nos *Contos de Cantuária*, o “Conto do Cavaleiro” evidencia que a tradição de cantar as vitórias de Carlos Magno contra os infiéis e os feitos do Rei Arthur e dos Cavaleiros da Távola Redonda não foi de todo abandonada, embora agora apareça em forma de transplante da novela de cavalaria para a Grécia Antiga. Mas o forte de Chaucer é o retrato dos tipos humanos que compõem o grupo de peregrinos --cada um incumbido de contar uma história-- elemento que passará a consistir no principal resultado do tipo de influência que as obras clássicas exercerão adiante. Na espécie, a Mulher de Bath e o Vendedor de Indulgências tornaram-se arquétipos de criaturas cínicas, na linha que viria a ser consagrada pelos principais autores do Renascimento, em especial o maior de todos, Shakespeare.

3. O impacto das obras clássicas: o Renascimento

A descoberta das obras clássicas pela civilização medieval europeia dá-se por intermédio dos árabes que ocupavam a Península Ibérica. Embora não se possa dizer que se tivessem tornado os herdeiros da cultura consolidada pelo Império Romano, após a sua derrocada, pelo domínio que alcançaram na região tinham a posse das instituições em que aqueles textos se preservaram, trazendo-os para a Espanha. A partir dos séculos XII e XIII, passa-se a dispor de traduções latinas de Aristóteles, Galeno, Euclides, etc. A interpretação de Aristóteles por eruditos islâmicos precede as iniciativas de idêntica índole, de parte dos cristãos. No século XIV a Escolástica, isto é, o conjunto do saber aprovado pela Igreja, já se tornara caudatária de Aristóteles, notadamente graças aos ensinamentos de São Tomás.

O Renascimento difere radicalmente dessa postura inicial. Agora o contato com a tradição clássica assume outra característica. Ainda no século XIV surge a idéia de tomá-la como padrão de estilo literário, na obra de Francesco Petrarca (1304/1374) e seu contemporâneo Giovanni Boccaccio (1313/1375). Semelhante proposição desabrocharia muito mais tarde, proporcionando ampla renovação literária, tanto nos principados italianos como na França, na Inglaterra e na Península Ibérica.

Como não poderia deixar de ser, a exemplo do que se deu nas demais disciplinas, também no que se refere à literatura a herança greco-romana é parte integrante do patrimônio que ao Cânon incumbe preservar. Do mesmo modo que tomamos contato com as principais obras de Platão, Aristóteles ou Cícero, entre outros, no caso da literatura cabe fazê-lo no que tange a Homero, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Virgílio e Ovídio. De todos esses autores dispomos de traduções primorosas aptas a nos permitir que percebamos o quanto de ambicioso residia no projeto de imita-los, a que se lança a intelectualidade italiana do século XV, tamanha a força da tragédia grega ou do poema épico de Virgílio. Lendo a Virgílio em nosso tempo é fácil dar-se conta das razões do fascínio que exerceu sobre Dante Alighieri e o papel que teve no culto da poesia épica, gênero de dificuldade à primeira vista insuperável.

A renovação proporcionada pelo Renascimento não se ateve exclusivamente à literatura. A renovação artística é idêntica ou mais expressiva.

Do Renascimento proveio o impulso inicial para a adoção de nova temática no estudo da política, com a obra de Maquiavel (1469/1527) e também para a difusão da hipótese de que a natureza poderia estar escrita em linguagem matemática, hipótese frontalmente contraposta à dominante física aristotélica.

É também nesse período histórico que se procede á crítica da Igreja, em especial pela mão de Erasmo (1460/1536). No desfecho colossal representado pela Reforma Protestante intervieram outros elementos além desse desejo de abertura a outras fontes de pensamento e sua expressão, em especial a intransigência do Papado. Por isto mesmo diz-se que o Renascimento veio a ser sobretudo uma transição para a

Época Moderna, não chegando a constituir um ciclo autônomo e acabado da cultura ocidental. Toma-se como símbolo de seu término – e, ao mesmo tempo, do impedimento a seu pleno desabrochar – o auto de fé em que Giordano Bruno (nascido em 1548) foi lançado à fogueira, juntamente com sua obra, em Roma, no dia 17 de fevereiro de 1600.

As principais obras do período seriam da lavra de Rabelais (1495/1553), consagrado autor de *Gargantua e Pantagruel*; Montaigne (1533/1592), cujos *Ensaio*s continuam a ser festejados; e o maior de todos eles: Shakespeare (1564/1616). O movimento alcançou ainda a Península Ibérica, onde sobressaem Cervantes (1547/), na Espanha, e , em Portugal, Luís de Camões (1524/1579), extraordinário poeta, criador da língua literária portuguesa.

Harold Bloom enfatiza que Shakespeare “alterou o nosso modo de representar a natureza humana”. Criou personagens aos quais “somos capazes de conhecer melhor que a nós próprios”. E mais: “o verdadeiro diferencial shakespeariano, a singularidade do seu gênio ... reside em sua universalidade, na convincente ilusão (será ilusão?) de que ele povoou um mundo, extremamente semelhante ao nosso, de homens, mulheres e crianças dotados de uma naturalidade sobrenatural. Cervantes rivaliza com Shakespeare na criação de duas personalidades gigantescas: Dom Quixote e Sancho Pança. Mas Shakespeare produziu personalidades às centenas”⁶

4. Os séculos XVII e XVIII

É de todo lícito afirmar que a literatura do século XVII segue o influxo dos grandes autores do Renascimento, em especial os seus últimos representantes como Shakespeare ou Cervantes. Esquemáticamente poder-se-ia dizer que esse impulso estaria presente na ênfase em criar tipos humanos capazes de enriquecer a galeria precedente e, ao mesmo tempo, manter a primazia dos textos poéticos e das peças teatrais. A grande exceção seria John Milton (1608/1674), na Inglaterra, que, a par da poesia nos moldes tradicionais, produziu o que se considera seria o maior poema épico em língua inglesa: *Paraíso Perdido*.

Milton soube dar uma dimensão humana ou --se for preferível --, literária, aos personagens bíblicos. Harold Bloom considera que o “Satanás de *Paraíso Perdido* é discípulo do Iago de Shakespeare, grande mestre da cilada. Satanás não tem a estirpe pobre de Iago, mas é (por assim dizer) um diabo autêntico e esperto que faz o melhor possível para progredir, e o leitor deve oferecer-lhe todo o estímulo”. Aproxima o seu comportamento de uma dimensão humana que, subseqüentemente, seria muito estudada: o ressentimento. Prossegue Harold Bloom: “Satã, assim como seu predecessor, Iago, sofre em decorrência do Mérito Ignorado, pois foi preterido por Cristo, assim como Iago foi preterido por Cássio. A sensação de Mérito Ignorado costuma gerar ressentimento, e, tanto Iago como Satanás são verdadeiros arquétipos de todos os ressentidos em nossos dias”.⁷

No mesmo século, do outro lado do canal da Mancha, na França, aparece um conjunto de notáveis escritores, devotados ao teatro. Dois deles sobressairiam na tragédia (Pierre Corneille – 1606/1684; e Jean Racine – 1639/1699). O terceiro viria a ser festejado autor de comédias: Molière, nome artístico e literário de Jean-Baptiste Poquelin (1622/1673). Conseguiu tornar cômicas situações que poderiam perfeitamente ser encaradas de ângulo trágico. O seu personagem Alceste –que se admite tenha muito de auto-biográfico – sabe que a mulher o engana mas na peça

⁶ **Genius: a mosaic of one hundred exemplary creative minds** (2002); tradução brasileira, Rio de Janeiro, Objetiva, 2003, p. 44.

⁷ Obra citada, págs. 78-79. Iago aparece na tragédia **Otelo**, de Shakespeare, sendo o personagem título a expressão do ciúme mais doentio. Por motivos subalternos, Iago atua no sentido de convencê-lo da infidelidade da esposa (Desdêmona).

Molière apresenta a situação de tal modo que a platéia é instada a cair na gargalhada. É a isto precisamente que Bloom chama de gênio.

No Cânon, Milton e Molière representam magnificamente o esplendor da literatura européia do século XVII. Desse século, incorpora ainda um outro escritor francês que teve uma idéia das mais originais: apresentar situações humanas como se de animais se tratasse. E o fez em forma de fábulas. Chamava-se La Fontaine (1621/1695). Seus “personagens” fabulosos não ficaram como marca de certo tempo ou determinado país, revestindo-se de feição perene.

No século XVIII consolida-se uma outra forma de expressão literária que, se bem possa ser localizada antes, assume feição acabada primeiramente na pessoa de dois autores ingleses: Daniel Defoe (1660/1731) e Jonhatan Swift (1667/1745). Consiste no romance.

Na Idade Média apareceram textos com essa denominação. O *Roman de la Rose*⁸, pelo caráter picante da história teve muita popularidade. O estudioso português Affonso Lopes Vieira (1878/1946)⁹ reconstituiu a versão portuguesa da rocambolesca vida de Amadis (séculos XIII e XIV). Menendez y Pelayo, ilustre crítico espanhol, diz a propósito que “o autor de Amadis fez alguma coisa mais que um livro de cavalaria à imitação dos poemas do ciclo bretão: escreve a primeira novela idealista moderna e a epopéia da fidelidade amorosa, o código de honra e da cortesia, que disciplinou muitas gerações”. A história de Amadis apresenta certamente muitas singularidades: as guerras não se constituem, no centro mas as peripécias do amor; além disto, abrange diversos territórios, mais tarde tornados nações autônomas.

Contudo, o romance moderno – que sem exagero pode-se considerar uma invenção dos grandes autores ingleses da primeira metade do século XVIII, em especial Defoe e Swift – a rigor nada tem a ver com os mencionados ancestrais. Os ingleses mencionados pretenderam valer-se de seus relatos para encetar uma pregação moral. No prefácio de *Moll Flanders*, ao descrever o manuscrito que simula haver recebido e indicar como o editou, esforçando-se por tornar decentes as memórias de uma devassa, Defoe não faz segredo de suas intenções e escreve: “Para se relatar a vida de uma corrupta e seu arrependimento, é preciso que se apresentem os trechos menos inocentes com a mesma crueza da história verídica, até onde seja suportável, a fim de que ilustre ou ressalte o trecho do arrependimento que é com certeza o melhor e o mais belo, caso venha apresentado espirituosa e vivamente”.

A intenção moralizante de Defoe e Swift viria a ser solenemente ignorada. Sua obra sobreviveu e tornou-se duradoura, interessando vivamente o leitor das épocas que não eram a sua, por nos tornar partícipes dos dramas vividos por seus personagens, criaturas vivas com as quais chegamos a adquirir familiaridade, como pretende Harold Bloom. Além disto, à obra poética para ser encenada – que era até então a forma mais prestigiada, ao lado do poema épico mais raramente tentado – acrescentam o romance como o conhecemos.

Logo a seguir, a literatura passará a oscilar ao sabor das correntes literárias, cumprindo determinar como as considera a cultura geral, preocupada com a formação de pessoas cultas e não de especialistas.

5. O Romantismo e as correntes literárias

⁸ Poema alegórico onde sentimentos, como a inveja, ou situações, a exemplo do perigo, são apresentados através de determinados personagens. Subdivide-se em duas partes, ambas compostas no século XIII mas por autores diferentes e que também não seguiram critérios uniformes. Estudiosos consideram tratar-se de texto primoroso, incluindo-se entre aqueles que encontraram maior sucesso até o aparecimento dos autores renascentistas.

⁹ *O Romance de Amadis*. São Paulo, Martins Fontes, 1995 (Coleção Gandhara).

No século XVIII europeu, parecia que a literatura dos principais países havia assumido uma feição definitiva, em especial na Inglaterra, onde o romance consolidou-se, distinguindo-se claramente do conto, da poesia e das peças teatrais, estivessem estas escritas em prosa ou verso. A idéia de apogeu e pleno acabamento da cultura ocidental é claramente expressa pelo denominado iluminismo. Emmanuel Kant (1724/1804), que se considera como o mais importante filósofo do Ocidente define-o como sendo a maturidade da espécie humana, expressa na decisão de submeter a própria religião á crítica¹⁰.

Contudo, na parte final do século aparece um movimento intelectual que adota uma postura inovadora, buscando colocar em movimento o que parecia uma espécie de ponto de chegada. Passaria á história com o nome de romantismo. Trata-se na verdade de um conjunto de movimentos aos quais se atribui o traço geral de busca da superação do iluminismo, entendido como exaltação unilateral da razão humana. Talvez esse aspecto de contraposição ao iluminismo não tivesse sido ressaltado amplamente mas sobretudo nos filósofos alemães de começos do século XIX. Esclareça-se ainda que sua influência não se limita à literatura, acreditando-se que filósofos e pensadores políticos, como Rousseau ou Hegel, deixaram-se contagiar por muitas de suas teses.

Do ponto de vista literário, os principais estudiosos estariam de acordo em ressaltar estes traços mais expressivos¹¹: 1) primado da emoção sobre a idéia clara; 2) livre expressão da sensibilidade (religiosidade; melancolia; sentimento da natureza); 3) predominância da imaginação sobre a análise crítica e sobre a ação; 4) gosto do misterioso e do fantástico; 5) evasão no sonho, no exotismo ou no passado (Idade Média); e, 5) individualismo por oposição às disciplinas clássicas e culto do “eu”.

O romantismo evoluiu de modo muito diverso segundo os países, na medida em que se torna uma forma de arte que se inspira no passado nacional. Na França, o caráter de reação anti-classicismo aparece de modo mais claro que na Inglaterra. O romantismo estaria também na origem do romance histórico criado por Walter Scott mas que aparece em diversos lugares.

Para representar o romantismo, o Cânon insere obras de Goethe, Stendhal e Victor Hugo.

Em relação às considerações precedentes, cabe esclarecer que, no tocante às correntes literárias de um modo geral, seu estudo não é parte do Curso de Humanidades, ao contrário do que se poderia inferir da referência ao romantismo.

A principal razão advém da controvérsia que se estabeleceu na matéria, tornando-se uma esfera praticamente limitada a especialistas.

Do ponto de vista da cultura geral, cabe reconhecer a importância da crítica literária e certamente levá-la em conta como o fazemos, cotidianamente, na escolha de espetáculos, ou dos livros que se editam. Mas como se dá nesses últimos casos, não se pode perder de vista que há muita parcialidade, ainda que nada impeça que sigamos esta ou aquela opinião por nos identificarmos com a preferência dos críticos.

6. O problema da admissão no Cânon de representantes de outras culturas

No elenco das obras literárias representativas do Cânon Ocidental figuram dois autores russos: Fiodor Dostoievski (1821/1881) e Leon Tolstoi (1828/1910). Ainda que dispondo de uma religião comum, o cristianismo, a Rússia diferenciou-se radicalmente do Ocidente. O cristianismo que ali se desenvolveu é de origem bizantina. Como resultado do chamado “Cisma do Ocidente”, que separou de Roma a Igreja do Oriente, esta assumiu traços peculiares da maior relevância. O primeiro deles diz respeito à

¹⁰ Nessa fase é que se dá o surgimento da doutrina da religião natural (racional), que estaria subjacente às suas diversas manifestações (imperfeitas).

¹¹ A síntese encontra-se na *Grand Larousse Encyclopédique* (vol. 9, 1964)

franca subordinação ao Estado. Para a Igreja Ortodoxa Russa, o representante de Deus na terra era o Czar, que escolhia o preposto ao qual dava um anel que lhe assegurava ascendência sobre seus pares. Essa circunstância explica a ambigüidade que caracterizou as suas relações com o Estado Soviético. Ao mesmo tempo, seu magistério conseguiu, ao longo dos tempos, alcançar uma religiosidade profunda nas pessoas, a ponto de haver sobrevivido, como se nada tivesse acontecido, aos setenta anos de pregação materialista, restrições ao culto, limitação e controle na formação de sacerdotes. Não deixa de ser espantoso a pujança e a popularidade que tem revelado a Igreja Ortodoxa Russa após o fim da União Soviética.

A Europa Ocidental manteve-se indiferente às disputas que se instalaram na Rússia entre eslavófilos e ocidentalistas, desde o início do século XVIII, em razão das reformas introduzidas por Pedro, o Grande¹². Essa indiferença predominou até que aquele país irrompesse na política européia após haver derrotado a Napoleão. A Santa Aliança, pujante nos anos vinte do século XIX, admite-a como potência européia. Suas tropas estão presentes na repressão aos movimentos de 1848. Na partilha do Império Otomano, é contemplada como um igual.

O contato com a sua cultura, que a nova circunstância viria a propiciar, encantou e surpreendeu. Os personagens que saíam das páginas de Pushkin, Gogol, Chekov, Turguenev, Tolstoi e Dostoievski passaram a povoar a imaginação dos europeus com idêntica intensidade com que vinham sendo acolhidos aqueles criados por seus grandes escritores. A música e o balet completaram a conquista.

Tudo isto, entretanto, não seria suficiente para determinar a sua inclusão no Cânon Ocidental. Deixar de fazê-lo tampouco representa qualquer veredicto quanto à qualidade e o significado da obra daqueles escritores.

O Cânon Ocidental, como insistimos, tem o propósito de inventariar os valores de nossa cultura e contribuir no sentido de sua preservação e enriquecimento. Ao mesmo tempo, não corresponde nem poderia corresponder ao fechamento sobre si mesmo e o alheamento do que se passa no mundo.

A principal vantagem do Prêmio Nobel de Literatura, para o grande público, consiste em permitir que tomemos conhecimento de autores de outras culturas, sem o que dificilmente os descobriríamos. Para mencionar apenas dois nomes recentes: Nagib Mahfuz (egípcio) e Naipaul (indiano); quem os leu não deixará de reconhecer que são uma prazerosa revelação. Entretanto, se ao invés de nos contentarmos com isto nos dispusermos a tomar contato com suas culturas, veremos que exigirá uma postura muito diferente. Por entender assim, é que o Curso de Humanidades não poderia incluir, entre os textos cuja leitura recomendamos, obras com as quais o contato de cada um será, muito provavelmente, apenas uma forma descompromissada de lazer.

7. As literaturas portuguesa e brasileira

Conforme tivemos oportunidade de indicar, a cultura geral compreende o domínio da própria língua e a familiaridade com a literatura consagrada, no caso em português. No que toca ao Cânon – e especificamente à literatura –, e em consonância com os critérios de sua estruturação, não há nem poderia haver preocupação em privilegiar (ou discriminar) essa ou aquela civilização. Eça de Queirós e Machado de Assis são ali incluídos por entender-se que enriqueceram os tipos humanos representativos da cultura ocidental.

¹² Pedro, o Grande reinou de 1689 a 1725. Permaneceu um ano e meio nos principais países europeus, sendo que quatro meses na Inglaterra, procurando familiarizar-se com o desenvolvimento da construção naval – inclusive trabalhou como operário em estaleiros-- e da manufatura de um modo geral. Além da implantação de fábricas, impulsionou a navegação fluvial, transferiu a capital para o litoral (mar Báltico) e também promoveu reformas culturais. Defrontou-se com encarniçada oposição que lhe sobreviveu, como recusa à ocidentalização.

Do que precede, não se poderia deixar de recomendar, aos que freqüentarem o Curso de Humanidades, que procurem aprimorar a forma com que se expressam em português e, ao mesmo tempo, preservar o contato com a literatura luso-brasileira, ampliando o conhecimento que hajam adquirido no processo normal de escolarização. A nosso ver, semelhante propósito não precisaria revestir-se de caráter sistemático, caso em que não poderiam os interessados prescindir da freqüência a cursos específicos.

Seria suficiente, para quem não leu e agora adquiriu o hábito da leitura, conhecer a obra dos românticos portugueses (Almeida Garret; Herculano; Camilo Castelo Branco, etc.) e dos que lhes seguiram (além de Eça de Queirós, Antero de Quental e Ramalho Ortigão, por exemplo); bem como os principais autores brasileiros do século XIX (José de Alencar; Aloísio de Azevedo, entre outros, além do próprio Machado de Assis), dos que os sucederam (Lima Barreto, por exemplo) e ainda os expoentes do chamado romance regional (Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, etc.)

No que se refere aos contemporâneos, a literatura luso-brasileira não constitui exceção ao que se dirá adiante.

8. A literatura contemporânea

Perguntar se a literatura – a bem dizer, o livro – ainda tem lugar na sociedade democrática e de massas em que se transformou o Ocidente, equivale na verdade a perguntar se faz sentido empenhar-se na aquisição de cultura geral. É certo que hoje não mais existem os grandes escritores que, ainda no século XX, tinham audiência para além do que fosse estritamente literatura, sendo ouvidos em matéria política ou em questões morais controversas. Contudo, nem por isto a sua literatura deixava de ter por missão entreter e divertir, ainda que subsidiariamente registrasse flagrantes da aventura humana que também eram instrutivos.

A ausência daquele tipo de autor consagrado não obriga a que o cinema, primeiro, e depois a televisão – poderosos instrumentos de difusão cultural -- atenham-se ao mau gosto e à pornografia porquanto há público para produto de melhor padrão, o que explica a sobrevivência e o florescimento da TV a cabo, onde os programas baseados nos clássicos encontram a merecida acolhida.

Numa de suas crônicas incluídas na coletânea que intitulou *A linguagem da paixão* (2000; tradução brasileira, 2002), em que discute a função da literatura na atualidade, Mário Vargas Llosa considera que o escritor de nosso tempo, ao invés de constituir um ser obsoleto, expulso da modernidade, deve tratar de atender ao desafio de produzir uma literatura digna daquela que sobreviveu historicamente, levando em conta a existência de imenso público potencial, “agora que, graças á democracia e ao mercado, existem tantos seres humanos que sabem ler e podem comprar livros, coisa que jamais aconteceu no passado.”

A literatura é parte integrante do Cânon Ocidental porquanto soube retratar a vida humana com propriedade, sem procurar cerca-la de uma aura fantasiosa. A criatura humana é capaz de gestos dignificantes, de sacrificar-se por uma causa ou por aquele a quem ama, de expressar solidariedade nos momentos difíceis. Mas também de cometer atos vis por inveja e até mesmo violência gratuita.

A literatura que sobreviveu e integrou-se ao Cânon Ocidental também soube expressar que, mais das vezes, as situações propiciam a revelação de uma personalidade que se achava obscurecida, por ignorância verdadeira ou simples ocultamento. A personalidade que então se revela tanto pode ser intrinsecamente má como dotada de grandes virtudes.

O contato com a literatura de outras culturas – o que não precisa ser efetivado no próprio Cânon Ocidental, como vimos --, permite dar-se conta da diversidade de costumes bem como de diversa valoração. Mais facilmente que por outros meios, essa literatura mostra que muitos povos sobrevivem sem atribuir maior valor á pessoa humana.

Contudo, a função da literatura não se resume em instruir para a vida. Esta, pode-se dizer, seria quando muito um resultado desejável. Seu propósito básico é propiciar entretenimento. O grande segredo dos bons livros é que sabem fazê-lo sem obrigatoriamente pretendê-lo. Para dar-se conta dessa característica basta ter presente que esse ou aquele relato não nos prende por ser divertido. Para explicar o fascínio que as tragédias gregas exerciam sobre o público, Aristóteles dizia que pelo desenlace de tensões de grande intensidade eram capazes de propiciar uma sensação de verdadeiro bem estar. A isto denominou de catarse.

Os grandes escritores que mereceram ser incorporados ao Cânon têm sobretudo o pleno domínio da língua. Daí que traduzi-los se tenha tornado uma arte de valor equiparável àquele de que estavam dotados os próprios autores.

A controvérsia a propósito do valor autêntico dos escritores contemporâneos aparece na diversidade dos títulos incluídos nas coleções oferecidas ao grande público, em tiragens enormes e por isso vendidas a preços módicos. A controvérsia decorre da circunstância de que é impossível determinar, com um mínimo de certeza, quais dessas obras sobreviverão à sua época. Contudo, tudo indica que as pessoas dotadas de cultura geral e que se hajam debruçado sobre os textos literários consagrados – e por isso mesmo incorporados ao Cânon – saberão avaliar a qualidade dos livros que lhe são oferecidos. O importante é ter suficiente abertura de espírito e evitar aproximações preconceituosas, fáceis de aparecer, dada a intensidade adquirida pelas questões políticas e o inevitável envolvimento a que somos arrastados. Diante disto, o fato de que muitos escritores – seja em razão da popularidade adquirida ou do simples desejo de aparecer – emitam opiniões, com as quais possamos ou não simpatizar, não deve influir na avaliação de sua obra. Muitos deles são, sem dúvida, fortes candidatos à perenidade.

VI. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ARTES

Consideramos que a obra de Gombrich – *História da Arte* – corresponde á melhor introdução de que se poderia dispor, conforme procuraremos demonstrar nas considerações a seguir.

Ernst Hans Gombrich nasceu em Viena em 1909 numa família judia, convertida ao protestantismo na virada do século. Estudou numa das escolas secundárias mais conceituadas da capital austríaca (Theresianum) e concluiu a Universidade de Viena. O ambiente familiar explica muito de suas preferências acadêmicas. Sua mãe era uma pianista conhecida. A mulher com quem se casou em 1936 (Ilse) também era pianista; a irmã tornou-se uma violonista famosa. O próprio Gombrich era considerado um bom músico (tocava violino).

Em face da ascensão do nazismo, emigrou para a Inglaterra em 1936. Ainda que haja conseguido um lugar de assistente de pesquisa no Instituto Warburg – que havia recém escapado de Hamburgo, com a maior parte de sua esplêndida biblioteca –, enfrentou muitas dificuldades porquanto tinha que cuidar de sua família numerosa, cujos membros haviam com ele fugido da Áustria. Durante a guerra prestou serviços à BBC. Retornou às suas funções no Instituto Warburg em 1946 tendo chegado a diretor dessa prestigiosa instituição.

Na década de cinqüenta ingressou no Corpo Docente da Universidade de Londres, onde ensinou história da arte. Desde então ocupou cátedras nas Universidades de Oxford, Cambridge, Harvard, Cornell e no Royal College of Art. Recebeu altas condecorações do governo inglês, merecendo ainda o título de Sir.

Autor de expressiva bibliografia, Gombrich buscou caracterizar a atividade artística como empreendimento essencialmente racional. A seu ver, os artistas usam o método de tentativa e erro; aprendem uns com os outros. Entendia ser empobrecedora de seu verdadeiro significado o propósito de explicar a evolução da arte como decorrente de alterações no espírito da época ou das pessoas. No caso específico da pintura, tais explicações ignoram o interesse estético das propriedades visuais que lhe são inerentes e constitutivas.

O livro em que propõe uma teoria estética de base psicológica intitulou-se *Art and Illusion*. Apareceu em 1960 mas toma por base as conferências que proferiu na capital americana em 1956. Cuida de identificar os fatores que permitiram, por exemplo, expressar pessoas em movimento, dando-lhe projeção tridimensional, numa superfície plana e imóvel.

Atribuía grande papel educacional às artes. Escreveu uma história do mundo para crianças. Seus principais ensaios – inclusive aquele em que se posiciona perante a arte abstrata – figuram na coletânea traduzida ao português com o título de *Reflexões sobre um cavaleiro de pau* (1963).

Faleceu aos 92 anos, em 2001. *História da Arte* (1950) responde pelo sucesso editorial por ele alcançado, do mesmo modo que pela merecida notoriedade. De fato, trata-se de um dos empreendimentos literários melhor sucedidos. Propõe-se difundir uma das dimensões fundamentais da cultura geral, sem se preocupar com erudição mas apenas buscando cultivar o hábito de aproximar-se da arte de forma descontraída e respeitosa. O sucesso dessa obra pode ser medido pelo fato de que, desde o seu aparecimento em 1950, mereceu 16 edições na Inglaterra, foi traduzida nas principais línguas e já vendeu milhões de exemplares em todo o mundo. Para compô-la, Gombrich estabeleceu como regra que as ilustrações deveriam aparecer na própria página em que são mencionadas. A edição brasileira tem cerca de 500 páginas. As ilustrações correspondem a 398. O propósito claro consiste em colocar a sua informação ao alcance do grande público, acreditando que conseguiria desestimular atitudes deste tipo: “Por vezes, vemos pessoas caminhando por uma galeria de arte, de catálogo nas mãos. Toda vez que passam diante de um quadro buscam pressurosamente seu número. Podemos observá-los folheando seu livro e,

logo que encontram o título ou o nome da obra, seguem em frente. Não faria diferença alguma se tivessem ficado em casa, pois mal olharam para a pintura. Apenas checaram o catálogo. É uma espécie de curto-circuito mental que nada tem a ver com a fruição de um quadro”.

Gombrich quer sobretudo fornecer um roteiro básico dos principais momentos da arte, buscando dar indicações precisas sobre o que a seu ver seria essencial, sem qualquer preocupação de exaurir cada um dos aspectos abordados, todos suficientemente ilustrados. No que chamou de “estranhos começos”, distinguiu as imagens, dos povos primitivos e pré-históricos, que nos foram preservadas em cavernas e objetos, daquela que pretendeu ser “arte para a eternidade” (Egito, Mesopotâmia e Creta). Batizou o aparecimento da arte grega como sendo “o grande despertar” e fixou-a na pátria de origem, no mundo grego e na bifurcação dos caminhos entre Roma e Bizâncio (séculos V a XIII). A Idade Média está presente no que chamou de Igreja militante e Igreja triunfante. O Renascimento e seus desdobramentos são apresentados de forma circunstanciada. A tese de Gombrich é de que não há Arte de forma abstrata mas a obra de artistas vinculados ao seu tempo. A título ilustrativo vejamos como situa a questão:

“Sabemos muito bem que, em arte, não podemos falar de progresso na acepção em que falamos de progresso do saber. Uma obra de arte gótica pode ser tão grande quanto uma obra da Renascença. Não obstante, talvez seja natural para as pessoas desse tempo, que ao entrarem em contato com as obras primas do Sul, sua própria arte tenha parecido subitamente obsoleta e grosseira. Foram três as realizações tangíveis dos mestres italianos para as quais eles podiam apontar. Uma foi a descoberta da perspectiva científica, a segunda o conhecimento da anatomia – e, concomitantemente, a representação perfeita do belo corpo humano – e, em terceiro lugar, o conhecimento das formas clássicas de construção, as quais pareciam simbolizar, para as pessoas desse período, tudo que era digno e belo. É um espetáculo fascinante observar as reações de vários artistas e tradições ao impacto causado por esse novo saber, e ver como se afirmaram ou, o que por vezes aconteceu, como sucumbiram – de acordo com a força de caráter e a largueza de visão”. (Capítulo 17, p. 260/261).

As principais teses de Gombrich poderiam ser resumidas como segue: a) não há razões erradas para gostarmos de um quadro. Podem entretanto existi-las *para não gostar*; b) a propensão para gostarmos apenas do que é bonito pode se converter num obstáculo se nos levar a rejeitar obras que representam um tema menos atraente; c) gosto e padrões do que é belo variam imensamente. Por isto podemos levar algum tempo para perceber a beleza intrínseca de determinada obra; d) o artista verdadeiro busca alcançar o equilíbrio correto entre as figuras, uma relação certa que culminasse no todo mais harmonioso; e, e) é natural que as pessoas gostem do que aparenta estar próximo da realidade. Contudo, geralmente não é a circunstância de que busquem distorcê-la que nos choca mas o fato de que, ao fazê-lo, revelem insuficiente conhecimento do metier.

A última observação, de certo modo, acha-se relacionada à pintura moderna. No pós-escrito (“A cena incerta”) aborda especificamente essa questão partindo da admissão de que a evolução da arte simboliza tipos de sociedade (sem com a tese queremos simplesmente indicar que “os gregos não poderiam ter construído o Rockefeller Center”). Contudo, “torna-se suficiente que qualquer estilo ou experiência seja proclamado *contemporâneo* para que a crítica sinta a obrigação de o entender e o promover”. Para ilustrar a afirmativa de que não basta distorcer a realidade para merecer o rótulo (e o aplauso) de “moderno” ou “pós-moderno”, na Introdução, Gombrich confronta dois desenhos de Picasso, o primeiro de 1938 (“encantadora reprodução de uma galinha com seus fofos pintinhos”) e, o segundo, uma ilustração para a *História Natural* de Buffon, quando não se contentou em fazer a mera reprodução física da ave, no caso um galo, conseguindo também “expressar sua agressividade, sua insolência e estupidez.”

A *História da Arte* de Gombrich é uma obra merecedora de freqüentes revisitas, pois, como escreve: “Nunca se acaba de aprender com a arte. Há sempre novas coisas a descobrir”..

VI. LEITURAS PROGRAMADAS PELO INSTITUTO DE HUMANIDADES

A relação que se segue compreende cerca de 140 livros, de aproximadamente 100 autores, abrangendo estudiosos da cultura, da moral ou da religião, filósofos e cientistas. Neste caso, na caracterização precedente tivemos oportunidade de referir quais as traduções ao português disponíveis, bem como aquelas que nos parecem mais rigorosas.

Como foi referido, ao grupo precedente acrescentamos as obras literárias mais importantes (cerca de 60 títulos, de aproximadamente 25 autores, relação que naturalmente pode ser ampliada segundo o gosto pessoal de cada um). Praticamente dispõe-se de traduções ao português em todos os casos, em muitos até mais de uma. Como em geral, entre os críticos literários, há muita divergência¹³ quanto a essas traduções, optamos por não tomar partido. A pessoa que se proponha adquirir cultura geral e haja empreendido alguns passos, certamente estará em condições de aceitar essa ou aquela avaliação.

Estamos recomendando estudo meditado tanto do *Decálogo*, de Moisés, como do *Sermão da Montanha*, de Jesus Cristo. Para facilitar o acesso a esses textos, apresentamos em anexo uma idéia geral do conteúdo da *Bíblia*.

São estes os títulos de que se trata:

Bíblia (*Decálogo* de Moisés e *Sermão da Montanha*; *Os Evangelhos*)
 Robert Nisbet – A família patriarcal e a comunidade militar (*Os filósofos Sociais*)
 Fustel de Coulanges – *A cidade antiga*
 Max Weber – *O judaísmo antigo* – *A política como vocação* – *Ensaio sobre neutralidade axiológica* – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*
 Heródoto – *História*
 Tucídides – *História da guerra do Peloponeso*
 Platão – *A sétima carta*, *Górgias*, *A República* – Livro VII e *Timeu*
 Aristóteles – *A Política* – *Ética a Nicômaco* – *Metafísica* – *Física*
 Cícero – *Da República*
 Marco Aurélio – *Meditações*
 Santo Agostinho – *Confissões* – *Livre Arbítrio*
 São Tomás – *Suma Teológica* (Noção de pessoa)
 Lutero – Extrato das 95 teses; Catecismo maior; Sobre a ordem do culto divino na comunidade; Criação de Escolas; *De Servo Arbítrio* (parte)
 Calvino – *Instituição da Religião Cristã* (parte)
 Maquiavel – *O Príncipe*
 Galileu Galilei – *O ensaiador e Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo*
 Descartes – *Discurso do método*
 Francis Bacon – *Novum Organum*
 Hobbes – *Leviatã*
 Espinosa – *Ética*
 Locke – *Segundo tratado do governo civil* – *Ensaio sobre o entendimento humano*
 Anthony Ashley Cooper – *Características do homem*
 Bernard Mandeville – *A fábula das abelhas*
 Joseph Butler – *Sermões* – *Dissertação sobre a virtude*

¹³. Para exemplificar: grande número de obras literárias clássicas adotam a forma poética. Obviamente é muito difícil ser simultaneamente fiel ao texto e encontrar o equivalente nessa forma (em geral exigente de rima). Assim, muita gente prefere a tradução que haja optado por proceder à adaptação em prosa. Envolver-se nesse tipo de disputa seria tangenciar o essencial. Possuir cultura geral está muito longe de transformar quem quer que seja em especialista dessa ou daquela matéria.

Hume – *Inquérito sobre o entendimento humano – Inquérito sobre os princípios da moral*

Kant – *Crítica da Razão Pura – Escritos políticos – Fundamentação da metafísica dos costumes – Doutrina da virtude – A religião nos limites da simples razão*

Rudolf Otto – *A idéia do sagrado*

Mircea Eliade – *O sagrado e o profano*

Jacob Burckhardt – *A civilização da Renascença italiana*

Rodolfo Mondolfo – *Figuras e idéias da Filosofia do Renascimento*

T. S. Ashton – *A Revolução industrial*

Kierkegaard – *Temor e tremor – Desespero humano*

Paul Janet – *A moral*

Freud – *Mal estar na civilização*

Marc Bloch – *A sociedade feudal*

Amorim Viana – *Defesa do racionalismo e análise da fé*

Joseph Hoffner – *A religião do materialismo dialético*

T. Kempis – *A imitação de Cristo*

Mestre Eckhart – *O livro da divina consolação—Sermões (antologia)*

Hegel – *Fenomenologia do Espírito – Filosofia do Direito*

Marx – *A ideologia alemã – Manifesto comunista*

Adam Smith – *Teoria dos sentimentos morais*

Henri Bergson – *As duas fontes da moral e da religião*

Jacques Maritan – *A filosofia moral*

Pierre Lafitte – *Moral positiva*

William James – *As variedades da experiência religiosa*

Dante Alighieri – *Monarquia – A divina comédia*

Montesquieu – *O espírito das leis*

Rousseau – *O contrato social – A origem da desigualdade*

Edmund Burke – *Discurso aos eleitores de Bristol – Reflexões sobre a Revolução em França*

Thomas Paine – *O senso comum e a crise*

Hamilton, Madison e Jay – *O federalista (antologia)*

Benjamin Constant – *Princípios de política*

Guizot – *História das origens do governo representativo na Europa*

Tocqueville – *A democracia na América; Vol. I-As leis e os costumes – O antigo regime e a Revolução*

Stuart Mill – *O governo representativo*

Clemente Attlee- *Bases e Fundamentos do trabalhismo*

Tony Blair -*Minha visão da Inglaterra*

Lênin – *O Estado e a Revolução e Discurso sobre o engano do povo*

John Dewey – *Democracia e educação*

Karl Popper – *A sociedade aberta e seus inimigos*

Ralf Dahrendorf – *As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*

Norberto Bobbio – *O futuro da Democracia*

Raymond Aron – *Estudos políticos – O ópio dos intelectuais*

Daniel Bell – *O fim da ideologia*

Hannah Arendt – *O sistema totalitário*

Artur Koestler – *O zero e o infinito*

Miguel Reale – *Experiência e cultura*

Sidney Hook – *A educação do homem moderno*

Leônidas Hegenberg – *Explicações Científicas*

Joseph Bem-David – *O papel do cientista na sociedade*

Euclides – *Elementos*

Arquimedes – *Ensaio*

Newton – *Princípios Matemáticos*
 Lavoisier – *Tratado elementar de química*
 Darwin – *Origem das espécies*
 Mendel – *Investigação sobre os híbridos vegetais*
 Mendeleev – *Relação entre propriedades e pesos atômicos dos elementos*
 Poincaré – *A ciência e a hipótese*
 Linus Pauling – *The nature of Chemical Bond*
 Ésquilo – *Agamenon, As Coéfaras, As Eumênidas e Prometeu Acorrentado*
 Sófocles – *Édipo Rei, Édipo em Colônia, Antígona, Filoteto*
 Eurípedes – *Hipólito, Medeia, As Bacantes*
 Virgílio – *Eneida – As Bucólicas*
 Ovídio – *A arte de amar,*
Canção de Rolando, Poemas do Cid
 Chaucer – *Contos de Cantuária*
 Rebelais – *Gargantua*
 Montaigne – *Ensaaios*
 Shakespeare – *Ricardo II, Henrique IV, Henrique V, A tempestade, Como gostais,*
Noite de reis, Hamlet, Otelo, Macbeth, Rei Lear
 Cervantes – *Don Quixote*
 Milton – *O paraíso perdido*
 Swift – *As aventuras de Gulliver*
 Defoe – *Robson Crusoe, Moll Flanders*
 La Fontaine – *Fábulas*
 Victor Hugo – *Os miseráveis*
 Moliere – *O misantropo, Tartufo*
 Goethe – *Os sofrimentos do jovem Werther, Fausto*
 Stendhal – *Cartuxa de Parma – Vermelho e negro*
 Mark Twain – *As aventuras de Huckleberry Finn*
 Machado de Assis – *Memórias póstumas de Bras Cubas, Esaú e Jacó, Memorial de Aires*
 Eça de Queiroz – *A Ilustre Casa de Ramires – A cidade e as serras*
 Ernst Gombrich – *História da Arte*

ANEXOS

I. O INSTITUTO DE HUMANIDADES

Criado em 1986, o Instituto de Humanidades acumulou uma grande experiência na sistematização do conhecimento existente acerca da cultura

ocidental, que corresponde ao núcleo central da cultura geral. A educação compreende não apenas a formação para o trabalho, como às vezes se supõe. Em geral, as Constituições contêm dispositivo tradicional segundo o qual "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205 da Constituição Brasileira de 1988).

O que significa "pleno desenvolvimento da pessoa" senão a posse de cultura geral? Na tradição portuguesa essa constitui a principal atribuição do ensino secundário e, no caso brasileiro, depois da Independência, tivemos durante 150 anos, naquele nível de ensino, os cursos de humanidades (também chamados de "curso clássico"), lamentavelmente extintos pelos governos militares, na década de setenta do século passado, sem nada colocar em seu lugar.

Desde sua criação, o Instituto de Humanidades muito tem contribuído no sentido de recuperar a tradição brasileira de cultura humanista, abandonada no período recente, segundo se referiu.

Ao mesmo tempo, a instituição dispõe de uma grande experiência na transmissão daquele conhecimento acumulado. A cultura geral deve acompanhar-nos por toda a vida. Assim, se é imprescindível adquirir hábitos mínimos de estudo e leitura, essa atividade não pode constituir-se numa obrigação que se cumpre a contragosto.

Nas iniciativas destinadas a proporcionar a transmissão daquele conhecimento, o Instituto de Humanidades tem recorrido a diversas de suas modalidades, notadamente o ensino à distância, inclusive pela INTERNET.

Atividades desenvolvidas pelo Instituto de Humanidades

A principal atividade desenvolvida pelo Instituto de Humanidades consiste na difusão do CURSO DE HUMANIDADES. Para sua estruturação o Instituto de Humanidades tomou por modelo tanto a prática da Open University, inglesa, como do St John's College, norte-americano.

Subsidiariamente oferece outros cursos, em geral ligados a esse tema ou àquele adiante referido.

Além de haver procurado contribuir no sentido de recuperar a tradição brasileira de cultura humanista, abandonada no período recente, segundo se referiu, o Instituto de Humanidade tem atuado em prol da transformação do ensino fundamental em curso dedicado à formação para a cidadania. Essa preocupação prende-se ao fato de que, pela intensidade da evasão que ali ocorre, o mencionado nível de ensino tornou-se simples apêndice do vestibular para ingresso na Universidade, circunstância que já havia afetado o chamado Segundo Grau. A precariedade do ensino que se pratica nas oito séries iniciais afeta toda a vida do país, desde as práticas democráticas aos baixos graus de escolaridade da mão de obra. Com, vista a esse fim, editou CURSO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Para atender a tais objetivos, o Instituto de Humanidades foi organizado como uma entidade sem fins lucrativos, achando-se sediado em Londrina, Paraná. A iniciativa é devida a professores universitários do Rio de

Janeiro, do Paraná e de São Paulo. Sua criação, segundo foi indicado, deu-se em 1986.

O Instituto de Humanidades mantém ambicioso programa editorial. São estes os textos didáticos até então editados:

Educação para a cidadania –Compêndio.Londrina, Editora UEL, 1996, 425 p.; 2ª edição revista, 1999,235 p.

Curso de Humanidades. Apresentação geral e programas das disciplinas. São Paulo, Instituto de Humanidades, 1989, 46 p.; 2ª ed. revista, Londrina, 2000, 116 p; 3ª ed., Edições Humanidades, 2004

História da Cultura. São Paulo, Instituto de Humanidades, 1998, 10 unidades em 4 fascículos, 267 p.; 2ª ed. em um volume, Editora UEL,, 2000, 209 p; 3ª ed. revista, Ed. Humanidades, 2006. Com idêntico formato e edições, os guias de estudo e exercícios de *Política; Moral; Religião e Filosofia*.

Conceito e temas da ciência política, Londrina. Edições Humanidades, 2002

Liberalismo, Londrina, Edições Humanidades, 2002

Socialismo e social democracia, Londrina, Edições Humanidades, 2002

Liberalismo brasileiro, Londrina, Edições Humanidades, 2002

Socialismo brasileiro e social democracia brasileira, Londrina, Edições Humanidades, 2002

Afora os textos didáticos, o catálogo das Edições Humanidades insere textos de outra índole.

Em co-edição com a Editora Expressão e Cultura, do Rio de Janeiro, publicou estes livros: *Bases e características da cultura ocidental* (1999); *As grandes obras da política em seu contexto histórico* (1999); *Cidadania: o que todo cidadão deve saber* (duas edições; 1999 e 2002) e *Leituras relacionadas à cultura geral* (2000).

O Conselho Acadêmico

O Conselho Acadêmico do Instituto de Humanidades é integrado pelos seguintes professores:

ANTONIO PAIM (Presidente)

Nasceu no Estado da Bahia em 1927. Na década de 50, concluiu os cursos de Filosofia da Universidade Lomonosov, em Moscou, e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Iniciou, nos anos 60, carreira universitária nessa última cidade, tendo sido sucessivamente professor auxiliar (UFRJ), adjunto (PUC-RJ), titular e livre docente (Universidade Gama Filho), aposentando-se em 1989. Na PUC-RJ organizou e coordenou o Curso de Mestrado em

Pensamento Brasileiro. Na Universidade Gama Filho, juntamente com o professor português Eduardo Soveral, implantou o Curso de Doutorado em Pensamento Luso Brasileiro. Presentemente desenvolve atividades de pesquisa em universidades, no Brasil e em Portugal.

Pertence às seguintes entidades: Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), Academia Brasileira de Filosofia, Pen Clube do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia das Ciências de Lisboa e Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, sediado em Lisboa. No IBF, presidido pelo prof Miguel Reale, tem desenvolvido amplo trabalho de pesquisa e reedição de textos na área de filosofia brasileira.

Sua obra pode ser classificada como segue: *FILOSOFIA GERAL*, em que publicou *Problemática do culturalismo* (2ed.,1995); *Modelos éticos* (1992); *Fundamentos da moral moderna* (1994); *Tratado de ética* (2003) e *Balanço do marxismo e descendência* (2005); *FILOSOFIA BRASILEIRA*, na qual o livro melhor sucedido é *História das idéias Filosóficas no Brasil* (5 edição, 1997), acrescido de sete volumes de estudos complementares; *FILOSOFIA POLÍTICA*, em que se destacam *O liberalismo contemporâneo* (1995; 2ed.,2000; 3ª ed., 2008) *História do liberalismo brasileiro* (1998) e *A querela do estatismo* (2ed.,1994) em que se procede a balanço da aplicação da categoria weberiana de Estado Patrimonial à realidade brasileira. No âmbito da *FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO* tem publicado material didático relacionado às Humanidades e à educação para a cidadania, em colaboração com Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez. Após pesquisar o tema da moral em nosso país, decidiu-se por publicar *Momentos decisivos da história do Brasil* e um pequeno resumo de suas principais conclusões intitulado: *O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação*, ambos em 2000.

ARSENIO EDUARDO CORRÊA

Advogado e professor universitário , paulista de Jaboticabal, nascido em 1945, é reconhecido com estudioso do pensamento político brasileiro. Entre os seus livros encontra-se *A Ingerência Militar na República e o Positivismo* (Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1997). É autor de estudo sobre o líder liberal paulista Armando de Salles Oliveira (1887/1945), de quem preparou uma antologia de discursos e pronunciamentos, foi publicada pela Editora Mandarin (Coleção Biblioteca Liberal) em junho de 2002. Em 2001, foi lançado, em solenidade na Câmara dos Deputados, a sua obra *A Frente Liberal e a Democracia no Brasil* que reconstitui os acontecimentos que desembocaram na abertura política de 1985, a partir dos jornais da época, além de ter obtido depoimentos dos principais personagens relacionadas àquele importante marco de nossa história contemporânea. Arsênio Côrrea foi durante muitos anos professor das Faculdades Associadas de São Paulo (FASP) e, no período recente, ministra cursos do Instituto de Humanidades.

LEONARDO PROTA

Nasceu na Itália a 18 de Junho de 1930, radicando-se no Brasil e naturalizando-se brasileiro. Antes de se mudar para o nosso País, residiu no

México. Concluiu sua formação universitária na Itália tendo cursado o mestrado nos Estados Unidos, na área de Educação (City University of Los Angeles). No Brasil, fez doutorado em Filosofia na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro (1981). Como pós-doutoramento, desenvolveu pesquisa relacionada à Filosofia Italiana na Universidade de Bari (Itália), achando-se até o presente vinculado à Instituição. Destacou-se como educador, organizando colégios no Norte do Paraná e, posteriormente, uma das primeiras escolas brasileiras na área de informática (Faculdades Associadas de São Paulo). Desde meados da década de oitenta fixou residência em Londrina, integrando-se ao Corpo Docente da UEL - Universidade Estadual de Londrina, onde coordenou o curso de pós-graduação em Filosofia, fundou e dirige a Editora da Universidade. É um dos fundadores do Instituto de Humanidades, sendo seu diretor executivo. Assumiu a coordenação dos estudos relacionados à Filosofia Brasileira, realizando em Londrina, entre 1989 e 2000, a cada dois anos, os Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira. Sua tese de doutorado versou a questão dos modelos de universidade e, entre os seus livros melhor sucedidos, encontra-se o que dedicou ao tema, desta vez referido ao Brasil: *Um novo modelo de universidade* (São Paulo, 1987). Além dos textos relativos a Humanidades, tem publicado diversos ensaios sobre bioética, além dos seguintes livros: *A universidade em debate*. Londrina: Editora UEL, 1998 (Em colaboração com Gilvan Luiz Hansen), *As Filosofias Nacionais e a Questão da Universalidade da Filosofia*. Londrina: Editora UEL, 2000.

MARIA CLUTILDE DE JESUS PINTO ABREU

Especialista em ensino à distância, é bacharel em direito, licenciada em Letras e Pedagogia, Mestre em Psicologia na área de Pensamento e Linguagem. Pertenceu ao Corpo Docente da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, onde fez carreira acadêmica e chegou a professora adjunta. Atuou na Pós-Graduação daquela Universidade, dedicada à formação de docentes para o ensino superior, e foi Coordenadora Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação à Distância. Na Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro exerceu diversas funções entre estas a de Vice-Presidente da Instituição. Como Diretora de Treinamento implantou o sistema de treinamento à distância. Exerceu ainda a coordenação de cursos de capacitação para servidores do Estado. Atuou também na Fundação Municipal de Educação de Niterói, onde exerceu funções de Superintendente; de Diretora do Departamento de Políticas Educacionais e de Diretora do Departamento de Atividades Culturais e Desportivas. Como consultora tem prestado serviços a diversas instituições do Rio de Janeiro, a exemplo da Faculdade de Formação de Professores (FAPERJ); do Centro de Estudos de Pessoal do Exército e do IDORT. No Instituto de Humanidades é supervisora pedagógica dos Cursos de Educação à Distância. É membro do Conselho Executivo da *Revista Política e Administração Pública* e tem integrado Bancas Examinadoras de Concursos Públicos nas áreas de sua especialidade.

MARIA CHRISTINA DE OLIVEIRA ESPÍNOLA

Licenciada em Filosofia (PUC-PR); Mestre em Filosofia Contemporânea (FESP, 1986); é professora de Filosofia, aposentada desde 1988,

Departamento de Filosofia da UEL, tendo ocupado o cargo de chefia durante dois mandatos. Antes de ser docente na UEL, foi professora de Filosofia na PUC-PR e na UFPR. Filiada a várias entidades profissionais, exerceu o cargo de Diretora de Pesquisa no Centro de Estudos Filosóficos de Londrina - CEFIL e foi membro do Conselho Municipal de Cultura de Londrina. Entre os numerosos trabalhos publicados sobressaem: *Albert Camus - Para uma ética da solidariedade*; *O mito de Sísifo*; *A Filosofia da Cultura e da História em Eduardo Soveral*; *A vivência da felicidade sensível e da constatação do absurdo e da revolta enquanto constitutivos da existência humana*

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

Nasceu em Santa Fé de Bogotá, Colômbia, a 15 de novembro de 1943. Realizou estudos no Instituto Tihamer Toth, de Bogotá, matriculando-se em seguida na Universidade Pontifícia Javeriana (Bogotá), onde se licenciou em filosofia (1963). Concluiu o mestrado na PUC do Rio de Janeiro (1974) e o doutorado na Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro (1982), ambos em Filosofia. Iniciou carreira no magistério na Universidade de Medellín (Colômbia), onde foi pró-reitor de pós-graduação e pesquisa. Em fins de década de setenta decidiu radicar-se entre nós, tendo se naturalizado brasileiro. Atuou como pesquisador na Sociedade Convívio (São Paulo), pertenceu ao Corpo Docente da Universidade Estadual de Londrina, onde foi diretor do Centro de Ciências Humanas e chefe do Departamento de Filosofia. Convidado para integrar a equipe de pós-graduação da Universidade Gama Filho, integrou-se a esse grupo a partir de 1983, na condição de professor titular. É também professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (a partir de 1985). Pertence à Academia Brasileira de Filosofia e ao Instituto Brasileiro de Filosofia. Sua extensa bibliografia está dedicada ao pensamento latino americano que coroa com *Estado, cultura y sociedad en la América Latina* (Universidade Central de Colômbia, 2000); ao autoritarismo republicano, onde se destacam *O castilhismo, uma filosofia da República*, que foi incluído na coleção "Brasil 500 anos" , do Senado Federal, e *Oliveira Viana e o papel modernizador do Estado brasileiro*(1997); e ao pensamento liberal (*A democracia liberal segundo Aléxis Tocqueville*, 1998, *Keynes: doutrina e crítica*, 1999, entre outros), além de obras didáticas.

Curso Principal

O curso de humanidades corresponde à principal iniciativa pedagógica do Instituto de Humanidades. A modalidade mais difundida, em forma presencial, acha-se estruturada com base em guias de estudo das obras básicas do Cânon Ocidental. O Instituto adotou o modelo do St John's College, popularizado com a edição dos **Great Books** da Enciclopédia Britânica.

Este curso é ministrado regularmente em universidades do Paraná e, progressivamente, vem sendo adotado em outros estados.

Por iniciativa própria, o Instituto de Humanidades tem difundido, sobretudo junto a empresários e professores, a prática da formação de Grupos de Estudos para leitura e debate daquelas obras. O modelo pode, se igual modo, ser seguido individualmente.

Os guias de estudo estão ordenados desta forma: *A Cultura Ocidental, Política, Moral, Religião e Filosofia*. As obras a serem estudadas foram distribuídas em tais segmentos e os textos editados consistem de guias de estudo.

Para orientar a adequada utilização dos mencionados guias de estudo, o Instituto editou o *Programa do Curso de Humanidades* que contém a sua mais ampla caracterização.

As leituras recomendadas pelo Instituto de Humanidades estão relacionadas precedentemente.

Além disto, o Instituto de Humanidades selecionou 32 vídeos culturais que podem animar o debate, no caso do estudo em grupos, ou melhorar a compreensão dos contextos históricos mais importantes para os que preferam o estudo individual. Para orientar essa atividade, editou o livro *O cinema a serviço da cultura*

A par dos textos impressos, o Instituto de Humanidades disponibiliza os seus diversos cursos no site

www.institutodehumanidades.com.br

Contatos:

Instituto de Humanidades

Rua Espírito Santo 1163

Edifício Palace Center sala 102 – 1º andar

86020-420 Londrina, Paraná

Telefone (43) 3304-0121

e-mail

edhumanidades@sercomtel.com.br

II. A *Bíblia*

Os livros do Antigo Testamento não têm autor, no sentido moderno do termo. Consistem no recolhimento de uma tradição oral que

data de séculos. As narrações de cunho histórico e as leis consagradas eram transmitidas às gerações sucessivas, na própria vida cotidiana, ao mesmo tempo que, nos santuários, tais elementos assumiam a forma de cânticos ou orações. As tentativas de preservá-los através da escrita também se perdem no tempo. Admite-se, contudo, que, por volta do quinto século antes de nossa era, hajam assumido a feição que chegou aos nossos dias.

As diversas edições da Bíblia, devidas seja aos católicos seja aos protestantes, contêm textos introdutórios relativos à significação religiosa de cada uma de suas partes integrantes, inclusive as razões pelas quais rejeitam este ou aquele texto. Os judeus recusam o Novo Testamento.

Os eruditos costumam classificar os textos bíblicos em: a) *Livros Históricos*, b) *Livros Didáticos* e c) *Livros Proféticos*.

O principal dos livros históricos é o *Pentateuco* ou coleção dos cinco livros de Moisés. Tem uma importância substancial para a cultura ocidental porquanto é nesse texto que se encontram os Dez Mandamentos ou decálogo, de onde se origina a moral.

O *Pentateuco* (cinco livros) foi isolado das demais partes do Antigo Testamento pelos samaritanos (judeus da Samaria), que se separaram da comunidade judaica de Jerusalém em torno do ano 300 a.C. Entre os judeus, esses cinco livros eram chamados *Torah* (que foi traduzido como lei, mas que tem outros significados, entre estes os de instrução ou guia). Comumente, nos primórdios do cristianismo e mesmo na Idade Média, entendia-se que o *Pentateuco* havia sido escrito por Moisés.

Os cinco livros intitulam-se *Gênesis*, *Êxodo*, *Levítico*, *Números* e *Deuteronômio*. O *Gênesis* contém uma parte introdutória relativa à criação do mundo e à história dos patriarcas do povo judeu, subdividida em três ciclos, respectivamente, de Abraão, Isaac e Jacob. O *Êxodo* relata a história de Moisés e de sua missão religiosa. Insere os vários preceitos religiosos e morais, havendo inclusive referência aos Dez Mandamentos. O *Levítico* trata basicamente do culto entre os hebreus (rituais, sacrifícios, regras a serem observadas pelos sacerdotes etc.). Os *Números* ganharam a denominação por conter o recenseamento dos israelitas mas corresponde a relato histórico. Finalmente, o *Deuteronômio* ou “segunda lei” é assim chamado, presumivelmente, pelo fato de consistir numa reiteração dos princípios religiosos e morais, contidos nos outros livros, como uma espécie de testamento definitivo do grande guia e legislador, às vésperas de sua morte. Costuma-se considerar o decálogo na versão deste último livro.

Aos cinco livros de Moisés seguem-se outros livros históricos, a saber: *Josué*, *Juízes*, *Rute*, *Livros dos Reis*, em número de quatro, complementados pelas *Crônicas* (dois livros), *Esdras* e *Neemias*, *Tobias*, *Judite*, *Ester* e *Livros dos Macabeus*.

São chamados de livros históricos no sentido de que constituem uma fonte para conhecimento da história do povo judeu e mesmo para o conhecimento da formação daqueles impérios aos quais acabaram subjugados. Seus autores não tiveram naturalmente tal intenção desde que sua ótica é religiosa. Assim, os fatos históricos aparecem por sua significação religiosa.

São considerados livros didáticos, no Antigo Testamento:

- *Jó*
- *Livro dos Salmos* (hinos sagrados, atribuídos a David)
- *Provérbios, Eclesiastes e Cântico dos Cânticos* (atribuídos a Salomão)
- *Sabedoria* (embora atribuído a Salomão, afirmam os estudiosos ser de autor desconhecido)
- *Eclesiástico* (livro de Jesus, filho de Sirac)

No Novo Testamento, pertencem à categoria as *Epístolas de São Paulo* e as *Epístolas Católicas*.

A denominação advém do fato de que contém ensinamentos destinados a inculcar o acatamento aos princípios religiosos. Exemplo típico (e controverso) é o *Livro de Jó*. Este aparentemente nada fez no sentido de provocar a ira divina, sendo pessoa piedosa e cumpridora de suas obrigações. Não obstante, a divindade provoca-o, para testá-lo, instigada por Satanás.

Satanás diz ao Senhor que embora Jó haja abençoado as suas obras e os seus bens: “estende tu um pouco a tua mão, toca em tudo o que ele possui e verás se ele não te amaldiçoa no teu rosto”.

Todos os bens de Jó são destruídos e morta a sua família. Este limita-se a dizer que: “nu sai do ventre de minha mãe e nu tornarei para lá; o senhor o deu e o Senhor o tirou... Bendito seja o nome do Senhor”.

Deus permite ao próprio Satanás que provoque martírios a Jó. Jó se lamenta e é contestado por outros personagens, em sucessivos diálogos. O próprio Deus intervém e trata com menosprezo e crueldade o autor dos lamentos. Jó mais uma vez se penitencia e a divindade o recompensa.

Muita coisa se tem escrito acerca do Livro de Jó. Alguns autores, inclusive, invocam-no para ressaltar a novidade trazida pelo Cristo à religião judaica. Em *Jó*, com efeito, o Deus não revela qualquer *amor* por seu ideal seguidor.

Quanto aos livros proféticos, são os seguintes, no Antigo Testamento:

- *Isaías, Jeremias, Baruc, Ezequiel e Daniel* (profetas maiores).
- *Osias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Hababuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias* (profetas menores).

No Novo Testamento, o livro profético é o *Apocalipse de São João*.

As profecias são de índole diversa. Dizem respeito ao destino imediato de Israel mas também prevêem futuro mais remoto, inclusive a vinda do Messias. Exemplo ilustrativo é o de Isaías.

Viveu na última metade do século VIII, quando a Palestina ainda preservava a independência, mas se via ameaçada pela Assíria, que afinal estabelece o seu domínio em 722. Tendo em vista que também se sentia

ameaçado e se contrapunha ao avanço assírio, em Israel aparecem partidários de uma aliança com o Egito. Isaías prega a neutralidade e combate toda confiança depositada nos homens. O reino de Israel só depende de Javé.

Ao mesmo tempo, a vida religiosa está limitada às exteriorizações do culto, ausentes a vivência interior e a vida moral correspondente, desde que vigora ampla dissolução dos costumes. Ao lado da religião monoteísta vicejam outros cultos, inclusive, os que eram estimulados pelos poderosos vizinhos. Chaga tão maligna, na visão dos profetas, só poderia ser erradicada por um tratamento terrível e doloroso. Por isto anunciam castigos divinos, que se sucedem implacáveis, até quase o aniquilamento do povo judeu. Mas do embate aterrador sairá a minoria purificada, germe de um novo povo, levando ao ressurgimento da nação e à conquista de paz duradoura e invejável.

Alguns dos profetas empregam ainda a chamada linguagem apocalíptica, destinada a anunciar o fim dos tempos.

III. MOMODALIDADES DE ESTUDO

O aprendizado compreende três modalidades básicas. A primeira corresponde ao sistema convencional e amplamente usado das aulas expositivas. O segundo é mais utilizado no caso das línguas e da matemática: o treinamento e a repetição, mas abrange diversas disciplinas, entre estas a música e a educação física. A terceira modalidade praticamente só aparece na pré-escola: quando a “tia” coloca em seu derredor as crianças para ler um livro. Apesar do abandono dessa praxe mesmo em muitos cursos universitários onde professores e alunos conformam-se com a consulta a apostilas, trata-se de uma dimensão fundamental do aprendizado. Em nosso sistema educacional somente reaparece nos seminários que se costumam praticar na pós-graduação. É justamente onde emerge o aspecto essencial do ensino, obscurecido nas outras oportunidades: o caráter de uma descoberta pessoal e enriquecedora. Sem essa componente da participação individual, o ensino perde a sua razão de ser, isto é um sistema de transmissão dos conhecimentos acumulados para serem incorporados à vida de todos os que passam pela escola.

Como superar essa lacuna e adquirir o hábito de ler livros? Antes de mais nada, é necessário dispor de uma classificação geral que poderia ser a seguinte: parte dos livros existentes constituem a cultura humanista e formam um conjunto relativamente harmonioso ao longo de mais de dois milênios; compreendem ainda as áreas especializadas do conhecimento e, finalmente, abrangem a produção corrente que acabará por ser incorporada aos dois grupos precedentes, segundo a sua natureza, de uma forma que só o futuro dirá, pois não podemos estabelecê-lo, com o necessário grau de certeza.

Os livros básicos em que se acham inscritos os aspectos essenciais da tradição humanista são relativamente fáceis de identificar, coincidindo as escolhas mais conhecidas, como a do St John's College ou da

coleção Great Books da Enciclopédia Britânica. E os que se acham relacionados às especialidades determinadas, também são fixados mediante consenso. A familiaridade adquirida nas duas áreas há de fornecer critérios satisfatórios para orientar-se diante da produção editorial corrente.

A simples posse de tal classificação, por si só, naturalmente, não faculta uma fórmula para proceder-se à desejada leitura. Aqui vamos nos limitar aos livros relacionados à cultura humanista.

Tratando-se de cursos informais, isto é, que não se propõem fornecer diplomas ou desenvolver-se dentro de parâmetros temporais pré-fixados, o método preferido é o denominado sistema tutorial. Consiste este em reuniões mensais para acompanhamento das leituras e esclarecimento de dúvidas. Tal modalidade exige, por certo, a presença de pessoa devidamente preparada. Na ausência desta, contudo podem ser formados grupos para aquele fim, encaminhando as dúvidas ao Instituto de Humanidades. Qualquer que seja a circunstância, contudo, a base de funcionamento desses grupos é o estudo individual.

Para torná-lo factível, cumpre alguns esclarecimentos.

O Instituto de Humanidades selecionou algumas épocas históricas e pretende que, sucessivamente, a sua compreensão e dos principais autores sejam aprofundadas. São, na Antigüidade, Grécia, Israel, Período Helenístico e Roma. Apresentamos sua proposição para uma nova periodização da Idade Média, a fim de tornar factível o conhecimento de um ciclo histórico que abrange cerca de um milênio. Seguem-se o Renascimento e a Época Moderna. Nesta, estão destacados alguns elementos relacionados aos séculos XVII e XVIII, à Revolução Industrial (1760/1830), à Era Vitoriana, que abrange praticamente o século XIX e ao Período Contemporâneo (Século XX).

Nas obras relacionadas a cada um desses ciclos históricos, precisariam ser destacados estes aspectos:

- I. Cronologia
- II. Eventos histórico-culturais destacados
- III. Pensamento político
- IV. Discussão moral
- V. Religião (obras e temas)
- VI. Filosofia
- VII. Ciência
- VIII. Literatura e Artes

Em matéria de estudo, cada um tem seu ritmo. Contudo, é necessário encontrar algum tempo para fazê-lo e, se não tiver esse hábito, tratar de criá-lo.

Em cada livro a ser estudado, recomendamos que proceda-se à seguinte classificação:

- 1) Material de caráter histórico
- 2) Conceitos-chave
- 3) Textos a serem resumidos
- 4) Dúvidas e esclarecimentos a serem solicitados

Algumas pessoas têm o hábito de anotar em cadernos. Contudo, para o caso presente, seria preferível utilizar uma pasta e folhas soltas. Dispondo a pessoa de computador, poderia destinar ao estudo de humanidades um

arquivo e ir ampliando as anotações, segundo os ciclos históricos referidos na medida de sua elaboração.